

16 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Prêmio seleciona boas ações do Judiciário

Instituto Innovare premia seis experiências de inclusão social e combate ao crime organizado em sua 8ª edição

Vencedores incluem a AGU, por combate à improbidade, e juíza do RS, por contratar cegos para decupar sessões

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Em sua oitava edição, o Prêmio Innovare selecionou seis experiências bem-sucedidas no Judiciário ligadas aos temas "Justiça e Inclusão social" e "Combate ao Crime Organizado".

A Advocacia-Geral da União ganhou o prêmio especial com a força-tarefa criada para reduzir a improbidade.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foi selecionado com o programa de treinamento de policiais militares para atuarem como mediadores de conflitos nos morros (leia texto ao lado).

Foram avaliadas 371 experiências. "Identificamos um lado bom do Judiciário, que é sempre criticado pela lentidão e impunidade", diz o advogado Sérgio Renault, diretor do Instituto Innovare.

Os vencedores foram anunciados ontem, em cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

A AGU inscreveu a experiência do grupo que reúne 110 advogados da União para propor ações de improbidade e de execução de condenações impostas pelo Tribunal de Contas da União.

O grupo obteve em 2010 o bloqueio, penhora e recuperação de cerca de R\$ 1 bilhão. Neste ano, ajuizou 2.343 ações por danos ao patrimônio no total de R\$ 2,1 bilhões.

"É a advocacia pública combatendo a corrupção e a impunidade", diz André Mendonça, diretor da AGU.

A Defensoria Pública do Ceará promoveu acordo entre a concessionária estadual de energia e um hospital público para beneficiar pacientes sem recursos com doenças pulmonares.

Eles recebiam alta e continuavam o tratamento em casa, com equipamentos que multiplicavam as contas de energia elétrica. Alguns desligaram as máquinas, praticando o suicídio, para não deixar dívidas para a família.

Inicialmente, 53 pacientes tiveram o perdão de dívidas de quase R\$ 500 mil.

Segundo o defensor Thiago Tozzi, "o objetivo é afirmar direitos dos hipossuficientes e estimular a responsabilidade social da concessionária".

A Justiça Federal no Rio Grande do Sul contratou uma associação de cegos para fazer degravações de interrogatórios e depoimentos.

A juíza federal Salise Sanhotene, de Porto Alegre, diz que "foi criado um novo nicho no mercado para essas pessoas, que possuem um alto grau de concentração e fazem a degravação com eficiência altíssima".

O Innovare premiou o projeto apresentado pelo advogado Darci Frigo, de organização que presta assessoria jurídica a associações comunitárias de Curitiba para regularização fundiária e garantia do direito à moradia.

Foi premiado o promotor Pedro Borges Mourão, do Rio de Janeiro, que introduziu técnicas de gestão para solucionar inquéritos criminais.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PRÊMIO INNOVARE

O que é?

O Instituto Innovare é uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de premiar e difundir práticas inovadoras para aprimoramento da Justiça. É patrocinado pelas Organizações Globo


R\$ 50 mil


é o valor do prêmio. Desde 2004, foram avaliadas 3.000 práticas. Neste ano, houve 371 inscrições


TEMAS DESTE ANO "Justiça e Inclusão Social" e "Combate ao Crime Organizado"


Premiados


(por categoria)


 Defensoria Pública
> Thiago Yozzi,
defensor

 Advocacia
> Darci Frigo, da
organização Terra de
Direitos

 Juiz Individual
> Salise Monteiro
Sanchotene, juíza

 Ministério Público
> Pedro Borges
Mourão, promotor

 Prêmio especial
> André Luiz de
Almeida Mendonça,
advogado diretor do
Departamento de Patrimônio
e Proibição da AGU

 Tribunal
> Marilene Melo Alves,
desembargadora

16 DEZ 2011



**A desembargadora Marilene Melo Alves,
do Tribunal de Justiça do Rio, no morro da Formiga**

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Projeto leva mediação a comunidades no Rio

A UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do morro da Formiga, na zona norte do Rio, tem uma arma que vem reduzindo os conflitos entre moradores: a mediação feita por policiais militares.

Durante dois meses, dois policiais foram treinados no Tribunal de Justiça do Rio para atuar na comunidade.

Agora, de segunda a sexta-feira, eles ouvem e buscam soluções para os problemas de 9.000 moradores.

A iniciativa, da desembargadora Marilene Melo Alves, da 1ª Câmara Cível do TJ do Rio, previne a prática de crimes, reduz o número de processos na Justiça e ainda dá poder aos moradores.

"Durante anos, o traficante decidia a vida dessas pessoas. A ideia da mediação é que elas se entendam e decidam o que deve ser feito", diz a desembargadora.

Após mais de duas décadas de dominação do tráfico, os policiais tomam medidas para atuar. A primeira é falar com as pessoas sem as fardas.

"Isso quebra a barreira. O maior intuito não é só fazer o acordo. É fazer com que as pessoas se sintam bem", conta o soldado Leonardo Aquino, um dos dois mediadores que atuam na Formiga.

A comunidade foi a primeira a ter mediadores. Um ano depois, contabiliza 30 casos atendidos.

Um deles foi o de João Batista Santiago, 48. As frequentes discussões com a filha adolescente levaram a jovem a decidir sair de casa. A atuação dos mediadores levou a menina a voltar para casa. "Ouví conselhos, eles conversaram com ela e tudo se resolveu", conta o morador.

O resultado levou à expansão do projeto para as comunidades do Dona Marta e do Batan. Agora, a próxima favela com UPPs a ter mediadores será a Cidade de Deus.

(MARCO ANTÔNIO MARTINS)

16 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

CAMPOS MACHADO 16 DEZ 2011

Em defesa do carente, sedento de Justiça

O ilustre advogado José Carlos Dias, em artigo publicado nesta **Folha** ("Em defesa da Defensoria", 13/12), fulmina o projeto de lei complementar nº 65/11 como inconstitucional e destinado a enfraquecer o trabalho da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Que fique bem claro, antes de propriamente entrar no tema: o projeto de lei não foi elaborado a pedido do presidente da OAB, Luiz Flávio Borges D'Urso. Também acredito, realmente, que não foi a Defensoria Pública que encomendou o artigo escrito por Dias.

Em homenagem à verdade, e como autor do projeto, devo registrar que meu objetivo primordial foi o aprimoramento do sistema de assistência judiciária aos necessitados e carentes, pessoas desprovidas de recursos financeiros e que buscam o Poder Judiciário para a garantia derradeira de seus direitos.

Não me interessa o conflito mesquinho de corporações ou burocracias, públicas ou privadas, mas a qualidade do serviço de assistência judiciária no Estado de São Paulo.

Como parlamentar, votei e ajudei a organizar a Defensoria Pública, fruto de projeto encaminhado pelo então governador Alckmin, que fez justiça a uma luta de muitos anos.

Contudo, sabemos que a Defensoria Pública não pode monopolizar o serviço de atendimento jurídico aos necessitados, pois a própria Constituição Estadual (art. 109) prevê o convênio para essa finalidade, e estabelece que seja firmado com a seção paulista da OAB, entidade representativa e diretiva dos advogados no Estado.

Imagine as seguintes situações: mulher, idosa, pobre e com necessidade de adquirir medicamento de alto custo. Ou, ainda, homem, reconhecidamente sem recursos e preso —talvez injustamente. O que esses dois brasileiros devem fazer?

A Assembleia Legislativa de São Paulo demonstrará que o seu objetivo é fortalecer a assistência judiciária, acima dos interesses corporativos

O que dizer à mulher que vai morrer em breve caso não consiga uma liminar que garanta seu acesso ao remédio? O que falar ao homem privado de sua liberdade? Soa esquisito ter que lhes contar que a Defensoria Pública vai, quando puder, dispor de dois de seus 500 defensores para conseguir uma liminar ou um habeas corpus que garantam os direitos dos dois necessitados.

São hoje cerca de 500 defensores públicos para algo como 1 milhão de demandas por ano.

Por tal razão, pela falta de estrutura, foi estabelecido o convênio com a OAB, que possui em seus quadros aproximadamente 50 mil advogados para honrar este compromisso de atender os pobres.

Com esse projeto, retorna ao Poder Executivo, por meio da Secretaria da Justiça, a prerrogativa de assinar e fiscalizar o convênio, cuidando para que os recursos sejam utilizados com probidade, eficiência e moralidade.

Os recursos do Fundo de Assistência Judiciária devem ser unicamente reservados ao pagamento dos serviços jurídicos aos necessitados, e jamais podem ser direcionados a fins distantes do ideal nobre de atendimento digno e qualificado aos carentes que procuram a Justiça paulista.

A Assembleia Legislativa do Estado, por suas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, já assinalou que esse projeto é constitucional e financeiramente adequado.

Como legítimo Poder que representa a vontade popular, a Assembleia também demonstrará que seu objetivo é o fortalecimento da assistência judiciária no Estado, acima de interesses corporativos e vaidades pessoais, buscando atender o cidadão carente com a dignidade e a qualidade técnica que ele merece.

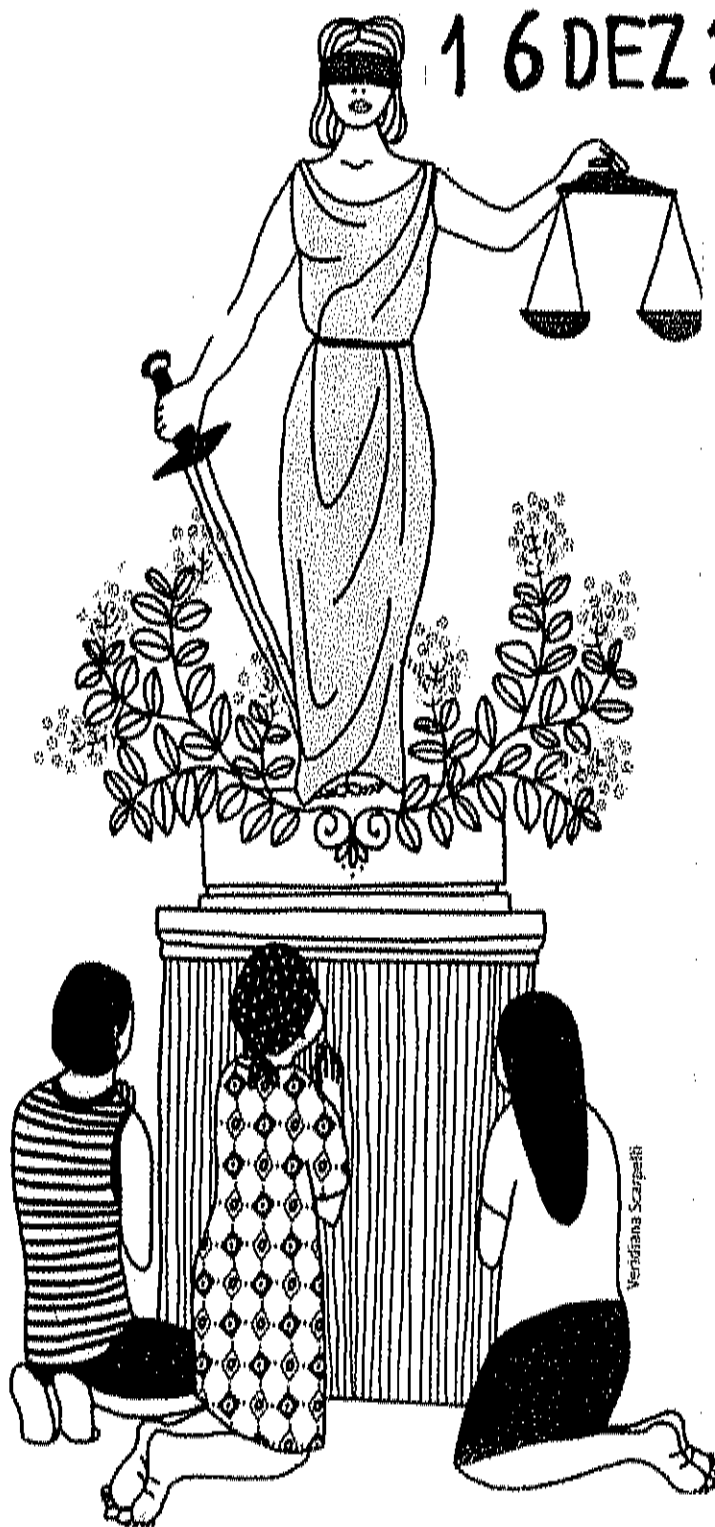
ANTÔNIO CARLOS DE CAMPOS MACHADO,
advogado, é presidente do PTB-SP, deputado estadual e líder de bancada na Assembleia Legislativa paulista.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 DEZ 2011



16 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

GUSTAVO PATU

Doce fazer nada

BRASÍLIA - Quase dá para ouvir de fora dos palácios os suspiros de alívio e esperança com a perspectiva, mencionada à **Folha** pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo, de que eventuais penas relativas ao escândalo do mensalão, de seis anos atrás, acabem prescrevendo antes do julgamento.

Muito aborrecimento seria poupado para os três Poderes. Uma solução possível para um caso que não tem como terminar bem — não para todo mundo. O tribunal seria atacado pela morosidade e os acusados continuariam sendo suspeitos, mas com isso todos estão acostumados.

Um semelhante prazer momentâneo deve ter sido sentido pelos deputados que resolveram, sem motivo claro, deixar para depois a votação do projeto que tira dos futuros funcionários públicos a garantia de aposentadoria integral bancada pelos demais contribuintes.

É provável que surjam explicações para o adiamento, como disputas por cargos e outras questões

políticas. Convém, entretanto, não descartar a hipótese de que sejam meras racionalizações para a velha, boa e macunaímica preguiça.

Não no sentido físico, pois suas excelências se dispõem a debates que atravessam madrugadas e maratonas de compromissos em seus redutos eleitorais. Mas preguiça de decidir quando os muitos beneficiários são anônimos e os poucos prejudicados são poderosos, barulhentos e conhecidos de longa data. De lidar com temas antipáticos e tecnicamente complexos. De dar palanque fácil à oposição hipócrita e oportunista.

O Executivo fez saber que ficou aborrecido com o atraso — depois de levar quatro anos para enviar seu projeto ao Congresso e outros quatro para tentar tirá-lo do lugar.

No mesmo dia, a Câmara aprovou uma emenda constitucional que amplia os direitos dos servidores. E um ministro do STF determinou que o Legislativo examine já a proposta de reajuste salarial para o Judiciário.

16 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Jader é aclamado no Pará após retomar cargo

Carro de som e escola de samba recebem senador, que teve posse autorizada pelo STF

Após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que garantiu a sua volta ao senado, Jader Barbalho (PMDB-PA) foi recebido com festa ontem em Belém (PA).

Cerca de 200 pessoas com bandeiras com o nome de Jader, um carro de som e uma escola de samba receberam o senador já na saída do aeroporto. Após o desembarque, ele saiu em carreta pela cidade até a sede do PMDB.

Jader foi eleito em 2010 com 1,7 milhão de votos, mas acabou barrado pela Lei da Ficha Limpa. Como o STF decidiu que a lei só valerá para as eleições de 2012, o tribunal autorizou anteontem a posse do senador.

Na terça-feira, Cezar Peluso, presidente do STF, recebeu uma comitiva de peemedebistas e, entre outros assuntos, conversaram sobre a posse de Jader.

Ontem, Peluso negou que

a liberação da posse tenha sido consequência de pressão dos líderes do PMDB e disse que a decisão não foi tomada individualmente.

“É público e notório que o deferimento do pedido foi obra de decisão coletiva do plenário da corte, tomada, aliás, por unanimidade.”

Na volta ao Pará, Jader disse que “pressão faz parte da sociedade democrática”.

“É um dever de qualquer agremiação política defender perante o Judiciário a aplicação da lei”, afirmou.

Anteontem, horas após a decisão do Supremo, Jader comemorou em grande estilo. Escoltado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ele participou de confraternização de senadores na casa de Eunício Oliveira (CE), em área nobre de Brasília.

Logo na entrada, ele se tornou o centro das atenções. Até a oposição também deu as boas vindas. O tucano Álvaro Dias (PR) recebeu Jader com dois tapinhas nas costas.

66 titelo

A volta de Jader Barbalho apequena o Senado e aumenta a pressão sobre o STF. Se a Ficha Limpa não for validada, a sociedade terá razão em se queixar da Justiça.

DO DEPUTADO RUBENS BUENO (PPS-PR), sobre a autorização do Supremo para a posse do senador, cuja candidatura em 2010 foi impugnada porque, nove anos antes, ele se valeu da renúncia ao mandato para escapar da cassação, nove anos antes.

FOLHA DE S. PAULO

Cabral ignora metade dos pedidos de informação

16 DEZ 2011

Governador vai ao STF para limitar solicitações de dados de deputados

Média de liberação de dados públicos neste ano é de 1 por deputado, enquanto legislação do Estado prevê até 12

O governo do Rio ignorou mais da metade dos requerimentos de informação feitos este ano por deputados, contrariando a Constituição estadual. E, quando enviou as respostas, a administração não respeitou o prazo de um mês na maior parte das vezes.

O excesso de pedidos foi um dos motivos que, segundo o governador Sérgio Cabral Filho (PMDB), o levaram ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar restringir a formulação de pedidos de dados às comissões da Assembleia Legislativa do Rio, controladas por sua base aliada.

Levantamento feito pela **Folha** na Assembleia mostra que, no ano passado, a média de pedidos foi de um por deputado. Se a Casa usasse o limite autorizado pela Constituição —12 por integrante—, seriam 840 requerimentos anuais. Em 2011, foram 71.

Desses 71 pedidos endereçados a órgãos do governo estadual, 40 não tiveram resposta —outros cinco ainda estão dentro do prazo permitido pela legislação.

Dos 26 respondidos, 15 chegaram à Assembleia Legislativa com atraso superior a uma semana.

“Ele não responde aos requerimentos dos deputados e diz que há excesso? Quem evita a transparência se aproxima da corrupção”, argumentou o deputado Marcelo Freixo (PSOL).

O governo do Estado afirmou que “cada requerimento tem que ser analisado de acordo com as suas especificidades”. “Não se trata de uma questão simplesmente numérica.”

A oposição teme que, com a alteração, todo requerimento tenha que ser aprovado nas comissões da Casa. Desta forma, pedidos incômodos ao governador seriam barrados pela base de Cabral.

“Se o papel do deputado é fiscalizar, como posso fazer isso sem informação oficial do governo?” disse a deputada Clarissa Garotinho (PR).

A prática já ocorreu ao menos três vezes na Mesa Diretora, presidida pelo deputado Paulo Melo (PMDB).

Contrariando o regimento interno da Assembleia, o alado de Cabral não publicou três requerimentos que pediam informações sobre viagens do governador ao exterior, contratos com a Delta —do empresário Fernando Cavendish, amigo de Cabral— e detalhamento das isenções fiscais às empresas de Eike Batista, também amigo do governador.

Clarissa ingressou com mandado de segurança pedindo a publicação do requerimento que fez sobre as viagens. O Tribunal de Justiça, porém, negou a liminar.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

16 DEZ 2011

Última instância Sem alarde, a Prefeitura de São Paulo recorreu anteontem ao pleno do TJ-SP contra a decisão do desembargador José Roberto Bedran. Ele manteve a exigência de nova licitação para a inspeção veicular ante a suspeita de fraude no contrato com a Controlar.

Contramão A base de Geraldo Alckmin rachou na investigação dos acidentes e congestionamentos na Imigrantes e no Rodoanel. Campos Machado (PTB) impediu a convocação dos representantes das concessionárias Ecovias e CCR, proposta pelo líder tucano, Orlando Morando, à Comissão de Transportes da Assembleia paulista.

Exponencial A Coordenadoria de Infância e Juventude do TJ-SP, que havia reagido aos míseros R\$ 10 a ela reservados no Orçamento de 2012, receberá uma suplementação de R\$ 10 milhões. O acordo foi fechado ontem entre líderes partidários.

MÔNICA BERGAMO

NA CARNE

Foi a OAB-SP quem identificou suposta falsificação em certidões do convênio da Defensoria com a entidade. A Ordem encaminhou os documentos para abertura de investigação. E afirma que não há fraude no convênio —o caso sob suspeita seria uma exceção.

LIMEIRA

Sob investigação, prefeito reassume cargo

Afastado por determinação da Câmara Municipal, o prefeito de Limeira (SP), Sílvio Félix (PDT), reassumiu o cargo ontem após receber liminar da

Justiça. Vereadores investigam se ele tem responsabilidade em um suposto esquema de lavagem de dinheiro denunciado pelo Ministério Público.

16 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Paraná reabre laboratório de hipnose para investigar crimes

Método é usado para vítima se lembrar de detalhes da agressão

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Foi reaberto anteontem, em Curitiba, o único laboratório de hipnose forense da América Latina, do Instituto de Criminalística do Paraná. O local, que começou a funcionar em 1998, ficou fechado depois que o perito responsável se aposentou.

O psiquiatra Rui Sampaio, 56, 33 anos de hipnose —até onde se sabe o único especialista em hipnose forense do país—, foi recontratado.

—A técnica é utilizada especialmente em crimes de estupro, homicídio, sequestro ou

atropelamentos, casos em que vítima e testemunha podem sofrer um bloqueio mental e não se lembrarem de como o fato aconteceu.

Durante os dez anos em que funcionou, de 1998 a 2008, o laboratório ajudou a elucidar cerca de 700 casos.

—Acaba sendo altamente benéfico para a vítima, porque [o bloqueio] é como se fosse uma panela de pressão. Quando ela coloca a lembrança para fora, muitas vezes ela chora. É terapêutico”, diz.

Nenhum suspeito passa pelas sessões, que duram cerca de três horas. “A pessoa não pode produzir prova con-

tra si mesmo”, afirma.

Dos 700 casos, em apenas dois os pacientes mentiram, segundo o médico: um era uma adolescente de 16 anos que disse ter sido estuprada para tentar justificar uma gravidez para os pais. “A descrição do estupro era praticamente o namorado dela. Veja como nosso inconsciente tem suas armadilhas.”

O outro era de uma testemunha que simulou o transe hipnótico e que, descobriu-se depois, era na verdade o responsável pelo crime.

—“A sessão de hipnose é um instrumento auxiliar à investigação”, afirma o perito.

16 DEZ 2011

FOLHA DE S. PAULO

Souza Cruz é autorizada a retirar 6 imagens contra fumo de maços

Fabricante alegou na Justiça que fotos são 'contrapropaganda'

DENISE MENCHEN
RIO

A fabricante de cigarros Souza Cruz obteve na Justiça o direito de deixar de veicular nas embalagens de seus produtos seis das dez imagens desenvolvidas pela Anvisa (agência de Vigilância Sanitária) para alertar sobre os riscos do tabagismo.

A decisão, que vale apenas para a Souza Cruz, é de segunda instância e cabe recurso. Entre as imagens questionadas estão a de um feto morto e a de um coração cravejado de bitucas, que advertem para os riscos de aborto e problemas cardíacos.

Atualmente, a Souza Cruz responde por dez marcas em circulação no Brasil, entre as quais seis das dez mais vendidas no país. A líder é a marca Derby, com cerca de um

terço do mercado.

A veiculação nos maços de cigarro de imagens associadas a frases de advertência tornou-se obrigatória no Brasil em 2001. As imagens atualmente em circulação foram apresentadas em agosto de 2008. A Anvisa deu um prazo de nove meses para que as empresas se adaptassem.

No processo, a Souza Cruz questionou a competência do órgão para impor a veiculação das imagens, que classificou como "contrapropaganda" do produto.

Argumentou ainda que seis delas violam o "direito à informação verdadeira" e são "inadequadas, desnecessárias e desproporcionais", além de "fomentar preconceitos e forjar ideias repulsivas nos consumidores".

Na primeira instância, a 23ª Vara Federal do Rio de Ja-

neiro decidiu pelo banimento apenas da imagem que mostra um homem com o cérebro ensanguentado.

O entendimento foi que ela faz alusão a um acidente vascular cerebral hemorrágico, mas o cigarro eleva o risco do AVC isquêmico.

Com os recursos movidos pela Souza Cruz e pela Anvisa, o caso chegou ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que decidiu liberar a empresa da veiculação das seis imagens contestadas.

A relatora Carmen Silvia Lima afirmou que "o poder de regulamentação da Anvisa não pode se sobrepor ao direito do fabricante de ter seu produto veiculado de forma legítima". A Souza Cruz afirmou que, como cabe recurso, não tem previsão de quando começará a fabricar as embalagens sem as imagens.

Anvisa não foi notificada, e diz que vai recorrer

A Anvisa afirmou não ter sido informada oficialmente da decisão, mas adiantou que vai recorrer.

"Cabe ressaltar que, em todas as situações anteriores nas quais o setor fumageiro recorreu ao poder judiciário para não veicular os alertas sanitários de advertência nos maços dos produtos derivados do tabaco, a Anvisa obteve pareceres favoráveis às políticas de defesa de saúde da população", disse o órgão.

A veiculação de imagens de alerta é recomendada pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tratado da ONU de 2003 que foi ratificado pelo Congresso Nacional em 2005.

O Brasil já usa essa estratégia desde 2001. Secretária-executiva da Conicq (comissão para implementação da convenção no Brasil), Tânia Cavalcante diz ver a decisão judicial com "espanto".

"É irônico a empresa dizer que as imagens desinformam quando ela tenta passar ideias altamente enganosas sobre um produto que mata 50% de seus consumidores."

Pesquisa realizada pelo Inca (Instituto Nacional de Câncer) revela que 46,5% dos fumantes pensaram "muito" sobre os riscos de fumar após ver as imagens nas embalagens.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SOLEINIDADE

NOVOS 16 DEZ 2011

Desembargadores tomam posse no TJ-PR

Renato Lopes de Paiva e Espedito Reis do Amaral

Em solenidades realizadas na tarde de quarta-feira (14) tomaram posse dois novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. Em atos presididos pelo desembargador Miguel Kfourri Neto, assumiram Renato Lopes de Paiva e Espedito Reis do Amaral, em substituição aos desembargadores Leonardo Pacheco Lustosa e Roberto Sampaio da Costa Barros, que se aposentaram.

assumem novas funções

Em solenidades realizadas na tarde de quarta-feira (14) tomaram posse dois novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. Em atos presididos pelo desembargador Miguel Kfourri Neto, assumiram Renato Lopes de Paiva e Espedito Reis do Amaral, em substituição aos desembargadores Leonardo Pacheco Lustosa e Roberto Sampaio da Costa Barros, que se aposentaram.

Renato Paiva era juiz da 16ª Vara Cível, e Espedito Amaral, juiz substituto em Segundo Grau. O primeiro foi promovido por antiguidade e, o segundo, por merecimento.

A posse do desembargador Renato aconteceu no gabinete da presidência onde foi saudado pelo presidente Miguel Kfourri Neto que disse ser "um momento muito significativo esta posse singela do desembargador Renato, ele que traz hoje não só a bagagem de juiz de Direito mas também uma grande capacidade de trabalho, amplo saber jurídico e profundo envolvimento com a justiça. Me sinto honrado em recebê-lo nesta Corte".

Por sua vez, o desembargador Renato disse estar muito feliz com a sua ascensão ao cargo. "Cheguei ao cargo nem cedo, nem tarde,

cheguei na hora certa. Num momento importante no Judiciário paranaense, onde se concretizam inúmeros projetos e se consolidam várias ações".

A cerimônia de posse do desembargador Espedito aconteceu no Salão do 10º andar do Palácio da Justiça lotado por familiares, amigos e colegas de trabalho.

Ao saudá-lo, o presidente Kfourri Neto frisou o brilhantismo de sua cultura, a inesgotável capacidade de trabalho, sua humildade e a serenidade em todos os momentos, esta, o apanágio da sua personalidade. E deu-lhe as boas-vindas, dizendo que o Tribunal fica honrado com a presença do novo integrante. Miguel Kfourri Neto disse, ainda, que "hoje recebemos dois desembargadores que ingressam num momento favorável no TJ, sob o aspecto de ver no seu quadro de julgadores dois magistrados da extirpe de Renato e Espedito".

O desembargador Espedito por sua vez, agradeceu as palavras de cada um dos que participaram da cerimônia de posse, agradeceu ao amor e carinho recebidos pelos seus pais e familiares e prosseguiu

seu discurso contando sobre sua trajetória de vida, ao deixar o interior para se tornar juiz até chegar ao mais alto grau da magistratura. E acrescentou "cheguei aqui para somar, podem contar comigo".

Presentes à solenidade, entre outras autoridades, o 1º vice-presidente do TJ, Onésimo Mendonça de Anunciação, o 2º vice-presidente, Ivan Bortoleto, o corregedor-geral da Justiça, Noeval de Quadros, o corregedor Lauro Fabrício de Melo, o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Gil Guerra, o promotor de Justiça Wilde Soares Pugliese, representando o MPPR, o advogado Fernando A. Costa Júnior, representando a OAB/PR, o prefeito de Campo Mourão, Nelson Turek, demais desembargadores, magistrados, advogados, além de familiares e amigos.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

16 DEZ 2011

CONTINUAÇÃO



des. Espedito Reis do Amaral e o presidente do TJ, des. Miguel Kfourj Neto



des. Renato Lopes de Paiva com o presidente do TJ e as filhas Ana (à esq.) e Renata

Os desembargadores

O desembargador Renato Lopes de Paiva é filho de Walter Jorge de Paiva e de Maria Regina Lisboa Lopes de Paiva. Nasceu no dia 8 de julho de 1956, em Curitiba (PR). É bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1980.

Após concurso público, iniciou sua carreira na Magistratura em 11 de abril de 1989, como juiz substituto na comarca de Foz do Iguaçu. Em 6 de junho de 1990 foi nomeado para o cargo de juiz de Direito na comarca de Chopinzinho, passando posteriormente por Capaneira, Francisco Beltrão, Araucária, Ponta Grossa e Curitiba, onde chegou em 26 de setembro de 1995.

Em 28 de novembro de 2011 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, pelo critério de antiguidade.

Pós-graduado em Criminologia e Direito Penal Especial na Faculdade de Direito de Curitiba. Ministrou aulas de Prática Cível na Escola da Magistratura do Paraná.

O desembargador Espedito Reis do Amaral é filho de Napoleão Rodrigues do Amaral e de Mercedes Reis do Amaral. Nasceu no dia 3 de junho de 1958, em Campo Mourão (PR). É bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Turma 1986.

Após concurso público, iniciou sua carreira na Magistratura em 11 de abril de 1989, como juiz substituto na comarca de Assis Chateaubriand. Em 6 de junho de 1990 foi nomeado para o cargo de juiz de Direito na comarca de Ubitatã, passando posteriormente por Laranjeiras do Sul, Ponta Grossa e Curitiba, onde chegou em 17 de outubro de 1995.

Em 28 de novembro de 2011 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, pelo critério de merecimento.

Professor licenciado de Prática Processual Civil na Escola da Magistratura do Paraná.

16 DEZ 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PR deve pagar R\$ 70 mil em precatórios

Um Decreto assinado recentemente pelo Governo do Paraná (Decreto 2973 de 11 de outubro de 2011) vai permitir o pagamento de precatórios pela ordem única e crescente de valores até R\$ 70 mil e que foram inscritos até junho de 2010. Nessa condição, encontram-se 117 precatórios relacionados a processos envolvendo o Governo do Estado na Justiça do Trabalho. A assinatura do Decreto é resultado de uma forte atuação dos tribunais do Trabalho e de Justiça do Paraná, que vinham negociando com o Governo do Estado uma forma de pagamento dos precatórios após a Emenda 62.

O pagamento, segundo o procurador Geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardozo, deve ocorrer após a conclusão da lista de precatórios que deverão ser pagos à Justiça Estadual. Somados os precatórios da Justiça Estadual

e os da Justiça do Trabalho será possível verificar quais serão pagos pela ordem crescente de valor. "Assim que a Justiça Estadual concluir essa listagem poderemos realizar os pagamentos. O Governo do Paraná deposita 2% da receita corrente líquida numa conta específica para esses pagamentos", informou o procurador.

Ele esteve no dia 30 de novembro, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, onde visitou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão (vice-presidente na época). A vice-presidência é a responsável pelos processos cujo pagamento devem ser realizados por precatórios. Também estava na reunião o vice-presidente, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, e o diretor da Secretaria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública, Valdir Stremel.

Corregedoria e aéreas discutem soluções

A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reúne nesta sexta-feira (16), às 10 horas, por videoconferência, representantes das empresas aéreas para tratar de formas de reduzir os problemas com os passageiros, e buscar soluções conciliatórias para eventuais conflitos. O objetivo é preparar as empresas e servidores dos Juizados Especiais nos Aeroportos para o período de alta demanda do fim de ano e das férias de janeiro, informou Ricardo Chimentil, juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça. Segundo ele, 99% das queixas dos usuários do transporte aéreo são contra as empresas (uma pequena parcela se refere à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero - e Agência Nacional de Aviação Civil - Anac). Na reunião de sexta-feira, a Corregedoria quer saber por que 45% das reclamações registradas nos aeroportos do Rio de Janeiro resultam em acordo, enquanto em São Paulo e no Distrito Federal a taxa de acordos cai para menos de 20%.

16 DEZ 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JF da 4ª Região empossa duas novas juízas federais substitutas

A presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargadora federal Marga Barth Tessler, empossou hoje (14/12) as bacharéis Fernanda Bohn e Tatiana de Oliveira Lavigne como juízas federais substitutas da Região Sul. A solenidade foi realizada na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência, em Porto Alegre, e contou com a presença de magistrados, familiares e amigos das empossadas.

Após prestarem compromisso e assinarem o termo de posse, a juíza Fernanda Bohn recebeu a carteira funcional do desembargador federal Wilson Darós. O vice-

presidente do TRF4, desembargador federal Luiz Carlos de Castro Logon, fez a entrega da carteira à juíza Tatiana Lavigne.

Falando em nome das empossadas, Tatiana destacou a honra em fazer parte dos quadros da JF da Região Sul e o compromisso que as duas magistradas estão assumindo perante toda a sociedade brasileira. "Sabemos da desmedida responsabilidade que requer o exercício dessa função e estamos aqui, assumindo a missão de exercê-la com independência, imparcialidade e prudência", salientou. "Nossa meta é uma Justiça em prol do cidadão, sem

formalismos descomedidos, com o objetivo de buscar a paz social e assegurar a dignidade da pessoa humana", concluiu.

Antes de encerrar a cerimônia, a desembargadora Marga Tessler, ressaltou a qualificação das duas juízas, que já desempenharam outras funções na área jurídica. "Tenho certeza que trarão uma grande contribuição à Justiça Federal da 4ª Região", disse a presidente do TRF4.

As duas magistradas vão ficar inicialmente à disposição da Coordenadoria Regional da JF da 4ª Região até a definição da lotação definitiva.

Ministro da Justiça defende que Arquivo Nacional vire autarquia

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que o Arquivo Nacional deve ter autonomia de autarquia. "Não podemos mais renegar a importância do Arquivo Nacional, não quero que o Arquivo Nacional seja um primo pobre do Ministério da Justiça, é necessário ouvir e dialogar com todos os setores envolvidos". O ministro deu a declaração na última quarta-feira (14) na abertura da 1ª Conferência Nacional dos Arquivos, em Brasília, que ocorrerá até o dia 17 de dezembro.

A conferência é resultado da mobilização de vários setores

do Estado e da sociedade civil que consideraram inadequada a transferência do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça em janeiro deste ano. O Arquivo Nacional tem por objetivo a gestão do patrimônio documental do país, garantindo ao cidadão o pleno acesso à informação.

Com o tema Por Uma Política Nacional de Arquivos a conferência tem como objetivo propor ao Governo Federal um conjunto de diretrizes e ações destinadas a orientar a formulação de imple-

mentação da política nacional de arquivos.

"Temos que nos organizar para receber novas formas de produção, guarda e uso de documentos, diante da democratização e preservação da informação, estamos entrando em uma nova fase sob a perspectiva da Lei de Acesso à Informação", disse Cardozo.

Conferências foram organizadas nas cinco regiões do país e aprovaram as propostas que serão debatidas na Conferência Nacional. Essas propostas estão organizadas em seis eixos temáticos.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ

16 DEZ 2011

BLOGUEIRO TEM DIREITOS DE JORNALISTA?

Blogueiro é jornalista? Tem direito ao resguardo da fonte de informação?

São milhares os blogs que se produzem diariamente no Brasil. Por ora, eles correm mais ou menos soltos. Poucas vezes a justiça tem interferido na produção dos blogueiros. Afinal, que são eles, os representantes da web-mídia? São jornalistas, para efeito de responsabilização legal? Podem alegar, em sua defesa, direitos como o de manter o sigilo da fonte? Nos Estados Unidos, há controvérsias: no Estado de Oregon um juiz condenou uma blogueira a pagar US\$ 2,5 milhões a uma empresa, pois se negara a citar a fonte do noticiário acolhido como danoso à companhia.

A coluna ouviu a opinião de Luiz Fernando Pereira (*), PhD em Direito, cuja obra, o magistério que exerce e a atuação intensa nos tribunais fazem dele uma nova e segura referência no universo do Direito a partir do Paraná. Ele respondeu à pergunta: "Blogueiro tem direitos de jornalistas, como o de ver resguardadas suas fontes de informação?"

A seguir, a opinião de Luiz Fernando Pereira:

NO BRASIL, SUSTOS

"Alguns se assustaram aqui no Brasil com notícia curiosa vinda dos Estados Unidos. Uma blogueira do estado de Oregon foi condenada a pagar US\$ 2,5 milhões de indenização por não ter revelado a fonte de uma informação veiculada. Tal como o Brasil – e de resto todas as democracias modernas –, os americanos garantem o sigilo da fonte. Aqui a garantia está, antes de tudo, na Constituição Federal. Com um pacto federativo completamente diferente, cada estado americano tem o seu regime jurídico sobre o tema. Aqui está a primeira confusão em torno da notícia. A condenação da blogueira se deu em atenção à legislação específica do estado de Oregon – que possui uma leitura mais restritiva a respeito de quem está amparado pelo direito ao resguardo da fonte. A tal blogueira simplesmente não foi considerada jornalista vinculado a órgão de imprensa. É por lá o sigilo da fonte só se garante a jornalistas com esta vinculação.

UMA LEI POR ESTADO

A própria matéria que repercutiu aqui no Brasil registra que se o caso tivesse sido julgado nos vizinhos estados de Washington e Califórnia a decisão seria outra. A "lei de imprensa" destes estados, mais modernas, contemplaram as chamadas mídias digitais no âmbito de proteção. Mas o que importa mesmo é saber se aqui no Brasil a decisão poderia se repetir. A questão não é tão simples.

A nossa Constituição resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (artigo 5º, inciso XIV). Muitos dizem que no exercício profissional só poderiam ser contemplados os jornalistas, com registro profissional. Aqui a controvérsia. É o mesmo debate em torno da necessidade de diploma. Para a contrariedade de alguns, a disputa jurídica foi resolvida pelo Supremo em junho de 2009, dispensando a exigência do diploma. Ora, se qualquer um (não no sentido pejorativo do "qualquer um"...) pode ser jornalista, o sigilo é garantia de todos que exercem o ofício – com ou sem diploma.

CONTINUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURA

O BLOG É IMPRENSA?

16 DEZ 2011

CONTINUAÇÃO



Luiz Fernando Pereira: opinião segura

Mas blog é órgão de imprensa? Este ponto não interessa à legislação brasileira. A Lei de Oregon vincula o resguardo da fonte às empresas que praticam o jornalismo. Aqui a garantia é ao profissional, independentemente da vinculação a este ou aquele órgão de imprensa (blogs incluídos, por que não?).

Os blogs (e seus jornalistas – “oficiais e oficiosos”) têm, em contrapartida, os mesmo limites e idênticas responsabilidades de todos os órgãos da “mídia” (como é modernoso dizer-se). Inclusive em relação ao sigilo da fonte – que não é um direito absoluto. Há regras para que possa ser invocado. O americano *The New York Times*, por exemplo, disciplina a matéria internamente, considerando que o sigilo só se justifica se for vital se off the record for a única forma de obter a informação. Não se tem notícia de regras internas nos jornais brasileiros, mas é certo que há limites e critérios vinculados ao exercício deste direito.

Todos tranquilos, enfim. Por aqui os blogueiros estão resguardados para se valer do sigilo da fonte. Até porque, reconhece o Supremo, a ideia de que o sigilo da fonte é um “dos valores essenciais à preservação do Estado Democrático de Direito, além, de ser uma garantia básica de acesso à informação”, como está em voto do Ministro Celso Mello.

Enfim, o velho off de Record está liberado para todos os profissionais, inclusive para os modernos da webmídia. A decisão de Oregon não deve assustar ninguém.”

(*) Luiz Fernando C. Pereira. Mestre e Doutor em Direito pela UFPR. Professor de pós-graduação em Processo Civil e Direito Eleitoral em diversas instituições, inclusive na Escola da Magistratura. Divide a direção-geral da Revista Brasileira de Direito Eleitoral com o ex-ministro Fernando Neves. Autor de três livros e diversos artigos. Palestra nas áreas de concentração. E, sobretudo, cavalheiro da boca maldita!

SE TARDA, JUSTIÇA ESTÁ FALHANDO

Do professor da Filosofia da UFPR, José Luiz Maranhão, a coluna registra este grito por justiça:

“A comarca de Curitiba conta 4 Varas de Família desde a década de 70, quando a cidade possuía 624.363 habitantes. Hoje, com uma população de 1.746.896, a cidade deveria ter, ao menos, 12 Varas de Família para uma prestação jurisdicional adequada. Caso emblemático de lentidão por conta da desproporção entre o número de juízes e o número de habitantes, um pedido de regulamentação de direito a visitas que tramita há 733 dias na 2ª. Vara de Família e que ainda, absurdamente, encontra-se na “estaca zero”. A justiça tarda, mas não falha? Ora, se tarda, falha!”

16 DEZ 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Escutas

A Justiça avaliou, na última quarta-feira (14), que os dados obtidos a partir de escutas telefônicas na Operação Dallas poderão ser utilizados como provas no processo sobre irregularidades no Porto de Paranaguá, no litoral do Paraná.

As investigações foram conduzidas pela Polícia e pela Receita Federal e apontaram para desvio de cargas, de dinheiro público e favorecimento de empresas.

Mensalão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, pediu na quarta-feira (14) que o relator do mensalão, ministro Joaquim Barbosa forneça cópias dos autos do processo aos demais ministros da Corte. A intenção é não retardar ainda mais o julgamento. O processo tem 38 réus acusados de participação em um suposto esquema de compra de apoio político de parlamentares, conhecido como mensalão, que veio a público em 2005.

Violência

O Instituto Sangari divulgou nesta quarta-feira (14) o Mapa da Violência no Brasil, com números relativos principalmente à última década. O estudo aponta as 200 cidades brasileiras mais violentas. O Paraná tem três municípios entre os dez com maiores índices de homicídio, e tem nove na lista dos 100 mais.

O ranking leva em conta os crimes registrados entre 2008 e 2010. Campina Grande do Sul, cidade de 37 mil habitantes na região metropolitana de Curitiba (RMC), registrou 48 homicídios em 2010, ficando com taxa de 130 homicídios para cada 100 mil habitantes, a segunda maior do País. A primeira do ranking nacional é Simões Filho, na Bahia.

16 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

A Câmara e a PEC dos cartórios

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiram moralizar o funcionamento dos 13,5 mil cartórios em atividade no País, exigindo que todos sejam dirigidos por pessoas devidamente concursadas, os tabelães e registradores interinos, que assumiram o cargo em decorrência da aposentadoria ou morte do titular, vêm pressionando a Câmara dos Deputados a aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 471 que os efetiva no cargo.

Alegando que a pretensão é imoral, pois favorece parentes de políticos e desembargadores, entidades da sociedade civil conseguiram, nos últimos 18 meses, impedir que a PEC fosse votada. Mas o presidente da Câmara, deputado Marcos Maia (PT-RS), decidiu colocar o projeto na pauta das últimas sessões do ano legislativo.

A atividade cartorial - um setor que movimenta mais de R\$ 4 bilhões por ano - é delegada pelo poder público a particulares e a Constituição de 1988 é taxativa ao exigir que eles sejam escolhidos por concurso público de provas e títulos. O problema é que essa exigência foi regulamentada somente em 1994. Nesse intervalo de seis anos, muitos cartórios - principalmente os de grande porte, que têm um faturamento superior a R\$ 2 milhões por mês - foram assumidos interinamente por titulares não concursados.

Vários deles são juizes e de-

sembargadores aposentados que foram escolhidos nos círculos de amizades e parentesco de presidentes de Tribunais de Justiça (TJs) - os órgãos encarregados de fiscalizar os cartórios nos Estados. Outros registradores, notários e tabelães foram beneficiados pelo "regime de hereditariedade" - ou seja, receberam o cargo como herança de seus pais, o que também contraria a Constituição. E há ainda parentes de políticos beneficiados por negociações entre as Justças estaduais e as Assembleias Legislativas.

Depois da regulamentação do concurso público para esco-

Espera-se que os deputados rejeitem uma proposta sobretudo desmoralizadora

lha de titulares dos cartórios, os registradores, notários e tabelães interinos recorreram aos tribunais superiores, invocando o direito adquirido de permanecer no cargo. Mas a pretensão não foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a realização de concursos públicos. Os presidentes de TJs de alguns Estados ignoraram a determinação. Outros realizaram os concursos, mas não deram posse aos novos titulares, esperando a aprovação da PEC que favorece os interinos, apresentada em 2005.

Depois de realizar uma ampla auditoria no setor, entre 2006 e 2008, a Corregedoria Nacional de Justiça constatou que cerca de 8 mil pessoas devi-

damente aprovadas para dirigir cartórios ainda não tinham sido empossadas. O órgão também verificou que alguns tabelães interinos acumulavam a direção de mais de um cartório, o que não é permitido por lei, e descobriu várias irregularidades, como escrituras sem assinatura, livros em péssimo estado e falta de controle no recolhimento de custas.

Com base nessas descobertas, entre 2008 e 2009 o CNJ começou a baixar resoluções com o objetivo de moralizar os cartórios e pedir aos presidentes de TJs o cumprimento da Constituição. Foi nesse momento que os tabelães, notários e registradores interinos passaram a pressionar a Câmara a votar a PEC 471 - o que levou o então corregedor nacional de Justiça, Gilson Dipp, a acusá-los de forjar "esquemas corporativos de transmissão de feudos", e o então presidente do STF, Gilmar Mendes, a classificar a PEC dos cartórios como uma "gambiarra jurídica" concebida para institucionalizar "o filhotismo, o apadrinhamento e o patrimonialismo".

Apesar da oposição da OAB e do CNJ à pretensão dos tabelães, notários e registradores interinos, o lobby dos cartórios é um dos mais poderosos do País e acredita ter o número de votos suficiente para aprovar a PEC 471. Resta esperar que os deputados tenham bom senso e rejeitem uma proposta que, ao transformar os cartórios em verdadeiras capitaniats hereditárias, desmoralizará a Constituição e a exigência de concurso público de provas e títulos.

O ESTADO DE S. PAULO

Melhor para 16 DEZ 2011

os mensaleiros

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski não conta propriamente uma novidade ao dizer que, “sem dúvida nenhuma”, alguns dos crimes de que são acusados os réus do mensalão estarão prescritos quando o processo for julgado. O tempo joga a favor principalmente dos réus primários, que poderão deixar de cumprir as penas a que forem condenados, conforme a sua severidade. Incumbido de revisar o parecer do relator do caso, Joaquim Barbosa, Lewandowski afirmou à *Folha de S. Paulo* que dificilmente o julgamento ocorrerá em 2012. Não há previsão para o término do trabalho de Barbosa. O relator licencia-se frequentemente para tratar de um crônico problema ortopédico. Há pouco, por exemplo, viajou aos Estados Unidos para exames. E o ministro revisor, por sua vez, diz que terá de começar “do zero” quando receber o processo de 130 volumes, com mais de 600 páginas de depoimentos.

O mensalão – o suborno sistemático de deputados federais para agir de acordo com os interesses do governo, no primeiro mandato do presidente Lula – foi denunciado em junho de 2005 pelo cacique petebista e então deputado Roberto Jefferson, numa clara represália à revelação de maracutaias na cúpula dos Correios, controlada por ele. Em abril de 2006, o então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, pediu ao STF abertura de processo contra 40 envolvidos no escândalo, entre eles o próprio Jefferson e, notadamente, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, apontado como “chefe da organização criminoso” que operou e se beneficiou do esquema. Jefferson e Dirceu tiveram cassa-

dos os seus mandatos parlamentares. Em agosto de 2007, enfim, o Supremo fez história ao acolher a imensa maioria das denúncias do procurador sobre formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, evasão de divisas, peculato e gestão fraudulenta.

Os ministros, como se ressaltou à época, não aprovaram a abertura de processo apenas porque os gritantes indícios coletados pelo procurador impediam a impronúncia sumária dos acusados. No seu voto, Joaquim Barbosa, por exemplo, definiu o mandachava petista José Dirceu como “comandante supremo da trama”. No entanto, as esperanças de que a ação – sem prejuízo do devido processo legal – teria um curso comensurável com o peso sem precedentes do escândalo e com a força das evidências levadas à Corte foram se transformando em frustração com a demora em começar o julgamento dos 38 réus remanescentes. É inegável também que o mensalão foi saindo, como se diz, do radar da opinião pública, pela tediosa reprodução de ilícitos cometidos por figuras carimbadas da política. Nos ensaios de protestos públicos contra a leva de denúncias de corrupção no governo Dilma, o maior de todos os casos parece ter sido esquecido.

Contra esse pano de fundo, a admissão do ministro Lewandowski de que uma parcela indeterminada de mensaleiros deixará de cumprir algumas das penas a que for condenada, em virtude da prescrição dos seus crimes, teve o efeito paradoxal de devolver à cena a inaceitável lentidão do Supremo Tribunal em levar à matéria a um desfecho – lentidão que equivale a uma forma de impunidade. No limite, isso é mais danoso para a imagem da Justiça e para a infusão de um mínimo de decência nos costumes políticos nacionais do que seria uma

inimaginável absolvição dos principais protagonistas da operação que expôs as entranhas do governo Lula. Não por outro motivo, decerto, o presidente do STF, Cezar Peluso, pediu ao relator Barbosa que repasse os autos em versão digital aos colegas para não “retardar ainda mais” a decisão do caso e evitar os “riscos inerentes à delonga do processo”. A rigor, o pedido é supérfluo: os ministros podem solicitar a qualquer momento acesso aos autos dos processos em tramitação na Corte.

Não se entende, aliás, por que o revisor Lewandowski depende de receber o parecer do relator para “começar do zero”, ou seja, examinar os volumosos autos do caso. Tampouco se entende por que Barbosa, prejudicado no seu papel por uma dolorosa condição clínica que já limita a sua atividade no colegiado, não abre mão da relatoria – para que se faça Justiça a tempo.

16 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Avisos. Presidente reafirmou aos líderes da base que prefere adiar votação do Orçamento Geral da União este ano a conceder o reajuste para magistrados e servidores; peemedebistas, que conseguiram salvo conduto a Jader Barbalho no STF, defendem juízes

Dilma resiste a lobby por aumento do Judiciário e compra briga com PMDB

Vera Rosa
Eugênia Lopes / BRASÍLIA

Mesmo sob o risco de criar novo atrito com o Supremo Tribunal Federal (STF) e se indispor com o PMDB, a presidente Dilma Rousseff reiterou aos líderes de partidos da base aliada no Congresso que prefere fechar o ano sem ter aprovado o Orçamento da União a ver embutido na lei o reajuste salarial para servidores do Judiciário e ministros da Corte. Magistrados pedem um reajuste de 14,79% e os servidores do Judiciário de 56%.

Dilma está decidida enfrentar os magistrados. A previsão é que o projeto de lei orçamentária de 2012 seja votado na semana que vem, antes das férias parlamentares. "Eu já vivi sem orçamento", disse a presidente, ao lembrar dos exercícios financeiros de 2006 e 2008. Na época, ela era chefe da Casa Civil e os projetos enviados pelo governo Lula ao Congresso foram aprovados bem depois do prazo.

Agora, Dilma avalia que, se houver algum risco de o aumento do Judiciário pegar carona na proposta do governo, é mais prudente empurrar a votação do Orçamento para 2012, quando a polémica esfriar.

Na terça-feira, uma comitiva do PMDB formada pelos senadores Valdir Raupp (RO), Romero Jucá (RR) e Renan Calheiros (AL) reuniu-se com o presidente do STF, Cezar Peluso, e tratou de dois assuntos: o salvo conduto para Jader Barbalho (PMDB-PA) tomar posse no Senado e o aumento do Judiciário. Um dia depois, Peluso deu o voto de minerva e desempatou o jogo a favor de Jader, que havia sido barrado pela Lei da Ficha Limpa.

'Não ficou mal'. Questionado ontem se a visita da cúpula de seu partido ao presidente do Supremo não era imprópria, o vice-presidente Michel Temer negou qualquer pressão. "Não acho que ficou mal nem que tenha criado constrangimento", afirmou o peemedebista.

Temer, porém, não quis mexer no vespeiro do aumento do Judiciário. "Isso depende do orçamento", desconversou.

Dilma argumenta que a concessão do reajuste provocaria efeito cascata, causando impacto não apenas nos salários dos tribunais e das Assembleias Legislativas, mas também nos de outras categorias. Na tentativa de convencer os aliados a não autorizar o aumento, ela alega que a época é de apertar o cinto e segurar despesas, por causa da crise financeira internacional.

Pela proposta em tramitação no Congresso, as remunerações dos ministros do STF podem saltar de R\$ 26.723,13 para R\$ 30.675,48.

Linha de frente. O PMDB tomou a linha de frente na defesa do aumento para o Judiciário e, no início da próxima semana, tentará convencer a equipe econômica a ceder. Para pressionar o governo, dirigentes peemedebistas e líderes de outros partidos aliados vão se reunir com secretários da Fazenda e com as ministras da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. A estratégia é tentar, até o último minuto, arrancar do Planalto recursos para o aumento salarial dos juízes.

"Vamos tentar convencer o governo a dar o reajuste. Se não der para dar os R\$ 2 bilhões previstos, que saia pelo menos R\$ 1 bilhão", afirmou o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN). "Não estamos confrontando o governo, mas vamos ver se é possível."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Apesar do empenho para engordar o salário dos juízes, Alves afastou qualquer conexão com a decisão do STF favorável à posse de Barbalho no Senado. "Estamos nos movimentando há muito tempo para sensibilizar o Planalto. Desde 2006 o Judiciário não tem recomposição salarial. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O PMDB sozinho não aprova aumento." Precisamos ter o apoio de outros partidos", emendou o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA).

Alves contou que 11 líderes governistas já se posicionaram a favor da concessão de reajuste para o Judiciário. A ideia é alocar recursos, no Orçamento do ano que vem, para arcar com o aumento.

Apoio geral. "Estamos abertos a discutir. Se for possível dar esse aumento, ele será dado", disse Gilmar Machado (PT-MG), representante do PT na Comissão Mista de Orçamento.

De qualquer forma, caberá ao relator da proposta orçamentária para 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), definir se haverá ou não dinheiro para concessão do reajuste aos juízes. Tudo porque o senador Inácio Arruda (PC do B-CE) não acatou, em seu relatório setorial, emenda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que previa aporte de verba para o reajuste do Judiciário.

"Não está na nossa esfera de competência analisar as programações de pessoal e encargos sociais", observou Arruda.

16 DEZ 2011

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 DEZ 2011

Cenário: Felipe Recondo

Em decisões do STF, reajuste salarial é principal ingrediente

Duas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) tiveram como um dos ingredientes o reajuste do salário de magistrados e servidores do Poder Judiciário. Ao garantir o mandato do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que havia sido barrado com base na Lei da Ficha Limpa, o Supremo atendeu a demanda do PMDB, partido que mais tem se empenhado por aprovar o aumento salarial pedido pelo tribunal.

No mesmo dia, por meio de uma liminar, o ministro Luiz Fux, do STF, ordenou ao Congresso que leve em consideração a proposta orçamentária originalmente apresentada pela Corte. Nessa proposta, o Judiciário prevê reajuste de 56% para os servidores e de aproximadamente 14,79% para os magistrados.

Na terça-feira, integrantes da cúpula do PMDB foram ao STF pedir por Jader Barbalho. Na reunião com o presidente do Supremo, Cezar Peluso, os senadores peemedebistas Renan Calheiros (AL), Romero Jucá (RR) e Valdir Raupp (RO) e o deputado Henrique Eduardo Alves (RN) falaram também sobre o reajuste.

Conforme relato de assessores de Peluso, os parlamentares disseram que a presidente Dilma Rousseff não entende que o Congresso muitas vezes quer votar um projeto mesmo que não agrade ao governo. Afirmaram que as críticas da presidente à proposta por conta das consequências nas contas públicas não impedem que o Congresso apoie a demanda do Judiciário.

Depois que o Supremo garantiu a posse de Jader Barbalho, em decisão relâmpago, o ministro Luiz Fux atendeu ao pedido do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus) para que o Congresso vote a proposta orçamentária original encaminhada pelo STF ao governo.

A liminar foi concedida com demora, apenas três meses depois que o processo chegou ao tribunal e às vésperas da votação do orçamento de 2012. Nesse processo, o Sindjus alega que a decisão da presidente Dilma de tirar da proposta orçamentária o reajuste do Judiciário viola a independência e harmonia entre os poderes.

• Reajuste

R\$ 7,7 bi

val ser o impacto do reajuste do Judiciário no caixa da União

56%

é o aumento salarial reivindicado pelos servidores do Judiciário

CORRUPÇÃO

'Justiça' brasileira

O sr. Marcos Valério, que já deveria estar cumprindo pena, foi preso novamente pela polícia - desta vez por grilagem de terras na Bahia - e solto pela Justiça por meio de liminar. O sr. Jader Barbalho, que renunciou para não ser cassado, acaba de ser presenteado pelo voto "duplo" decisivo do ministro Cezar Peluso, do STF, favorável à reintegração do político paraense ao Senado. Estranhamente, o mesmo juiz se reuniu com a bancada do PMDB antes da decisão e talvez tenha recebido a promessa deles de voto favorável ao aumento do Judiciário. Charles de Gaulle, dizem, já advertiu anos atrás que este país não é sério. Eu acho que essa turma toda é farinha do mesmo saco.

HENRIQUE SCHNAIDER

hschnaider@terra.com.br

São Paulo

Estranha reunião

O Estadão publicou notícia sobre o julgamento do STF autorizando o retorno de Jader Barbalho ao Senado. Se já é discutível, por si só, o mérito da decisão, deve certamente causar estranheza o fato de, na véspera de proferir seus dois votos, o ministro Cezar Peluso ter-se reunido com membros da cúpula do PMDB, partido de Jader, entre os quais se encontrava Renan Calheiros.

CAIUBY LUCIANO GOMES

caluby@gomes@yahoo.com.br

Botucatu

16 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO Congresso cria mais 69 varas trabalhistas

No apagar das luzes dos trabalhos do Congresso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem a criação de 69 varas trabalhistas em oito Estados: Mato Grosso, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Pará e Alagoas, além do Distrito Federal. Foram criados 75 cargos de juiz e de juiz substituto, 966 de analistas e técnicos judiciários e 348 cargos e funções comissionados. As varas e cargos serão criados a pedido do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Aprovados a toque de caixa e em votação simbólica, os nove projetos estabelecem que a criação das varas e dos cargos será feita a medida "das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários".

Enviados em meados deste ano para o Congresso, os projetos preveem em sua maioria a instalação de varas do trabalho no interior dos Estados. Minas Gerais foi o mais beneficiado, com 21 varas trabalhistas. Em seguida vem o Rio, com 12 varas e Pará e Paraná, com 11 cada. Mato Grosso e Alagoas ganharão uma nova vara cada um.

A maioria dos cargos, que é para analistas e técnicos judiciário, será preenchida por concurso público. No Pará e no Paraná é onde estão grande parte dos cargos e funções comissionadas - cada um terá direito a 100 cargos sem concurso público.

Sem prazo. A criação das varas e dos cargos não deverá sair tão cedo do papel. Os projetos agora terão de ser apreciados pelo plenário da Câmara, o que provavelmente irá ocorrer só em 2012. Motivo: o governo quer dedicar a semana que vem apenas à discussão e aprovação da proposta orçamentária de 2012. Com a aprovação do Orçamento, o Congresso entra em recesso e só volta a funcionar em 1.º de fevereiro. Depois de aprovados na Câmara, os nove projetos terão ainda de ser analisados pelo Senado, antes de se transformarem em lei.

A aprovação ontem pela CCJ não é uma novidade. Este ano, a Câmara aprovou outros projetos de lei que preveem a implantação de varas do Trabalho e cargos de juizes em seis Estados. Três deles - Santa Catarina, Paraná e Alagoas - foram novamente beneficiados com os projetos aprovados ontem. Na época, também ganharam novas varas os Estados de Goiás, Sergipe e Rio Grande do Norte.

O ESTADO DE S. PAULO

TJ quebra sigilos de tucano e 16 DEZ 2011 de petista

Investigação em SP da máfia da merenda atinge Montone (PSDB) e Garreta, do PT

Marcelo Godoy

O Tribunal de Justiça (TJ) decretou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do secretário municipal da Saúde, Januário Montone, e do jornalista Valdemir Garreta na investigação sobre a chamada máfia da merenda escolar. Garreta foi secretário municipal de Abastecimento de São Paulo de 2002 a 2004, na gestão da petista Marta Suplicy. Montone ocupou a pasta da Gestão (governos Serra e Kassab).

Desde que seu nome surgiu na investigação do Ministério Público Estadual (MPE), Montone tem se mostrado indignado com as suspeitas. O Estado procurou ontem sua assessoria e foi informado que o secretário só vai se manifestar no momento oportuno. Garreta também foi procurado, mas não foi encontrado.

A decisão do TJ foi tomada em votação unânime pela 9.ª Câmara de Direito Público. "Somente com a requisição dos documentos bancários e fiscais é que se poderá comprovar efetivamente as importâncias desviadas do erário do Município de São Paulo", escreveu o desembargador Osvaldo Luiz Palu, relator do caso.

Três licitações para a merenda teriam sido manipuladas. Isso teria feito o preço dela ficar três vezes mais cara e propinas se-

riam pagas a "diversos agentes públicos atuais e anteriores".

Os dois secretários são apontados pelo MPE como beneficiários de pagamentos de propina feitos pelas empresas que forneciam a merenda terceirizada para a Prefeitura. "Garreta foi um dos agentes públicos corrompidos", escreveram os promotores de Justiça Sílvio Antônio Marques e Marcelo Daneluzzi.

Os promotores afirmaram ao TJ que apreenderam planilhas com o diretor de uma das empresas acusadas no caso. Elas indicariam 18 pagamentos de propina a Garreta. Somados, eles chegaram a R\$ 2,8 milhões. Na planilha haveria ainda indicações de pagamentos mensais para o petista de 5% do valor do contrato.

As planilhas foram apreendidas depois que um dos empresários do setor, Genivaldo Marques dos Santos, ex-sócio da empresa Verdurama, fez um acordo de delação premiada com a promotoria. Ele decidiu colaborar para obter a redução de pena. Segundo Santos, o responsável pela entrega da propina era Eloízo Durães, dono da maior empresa do setor, a SP Alimentação. Durães nega.

Parte do dinheiro foi movimentado por empresas fantasmas. Uma conta do Banco Safra, em Nova York (EUA), que enviava remessas para o Banco Pine, em São Paulo, teria servido ao

esquema. Segundo o MPE, Durães entregava o dinheiro a Montone. A propina na gestão Kassab teria deixado de ser 5% para ter um valor fixo de R\$ 600 mil.

Segundo o MPE, ao terceirizar a merenda, a Prefeitura passou a gastar mais por uma merenda de pior qualidade. De fato, seu orçamento previa, em 2009, R\$ 460 milhões para servir 320 mil refeições, enquanto que a rede escolar do Estado de São Paulo gastava R\$ 202 milhões para servir 700 mil refeições.

• Propina

R\$ 2,8 mi

é o valor total dos 18 parcelas que teriam sido pagas a Garreta como propina

5%

era o valor dos pagamentos mensais feitos ao petista, com base no valor do contrato

16 DEZ 2011

O ESTADO DE S. PAULO Procurador pede que Chevron pare de operar

Empresa americana, que explora óleo no Campo de Frade, no Rio, onde há vazamento, diz que não foi notificada do pedido

Sergio Torres / RIO

O procurador da República Eduardo Santos de Oliveira pediu à Justiça Federal que interrompa a partir de hoje a produção de óleo e gás da petroleira Chevron na bacia de Campos, litoral norte do Rio. Ele alega que a companhia norte-americana não atua de forma segura.

A Chevron opera no Campo de Frade, de onde, desde 7 de novembro, vaza petróleo, após acidente em um dos 12 poços da companhia. A produção nos demais postos não foi interrompida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O procurador pediu liminar para cancelar a atividade. Se a empresa não parar, no caso de emissão da liminar, ele quer a aplicação de multas diárias de R\$ 500 milhões.

O Ministério Público Federal em Campos move ação civil pública contra a Chevron e a empresa Transocean, responsável pela perfuração. O procurador pede R\$ 20 bilhões por danos ambientais e sociais causados pelo derramamento de óleo.

Segundo Oliveira, os valores foram estipulados com base em indenizações pagas em acidentes ambientais semelhantes ocorridos desde os anos 1980 no Equador, Alasca e Golfo do México. "Adotamos padrões internacionais. O óleo continua vazando e ninguém sabe quando vai parar. Esse acidente pode ter proporções muito maiores", afirmou o procurador.

Em nota, a Chevron informa que não foi notificada da ação. "Desde o início, a Chevron respondeu de forma responsável ao incidente no Campo de Frade e atua com transparência diante de todas as autoridades brasileiras. A fonte do óleo foi interrompida em quatro dias e a empresa continua a progredir significativamente na contenção de qualquer afloramento de óleo residual", diz o comunicado.

16 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

Justiça do Paraná condena americano

O jornalista e blogueiro norte-americano Joe Sharkey, que escreve para o *New York Times*, foi condenado ontem a pagar uma indenização de R\$ 50 mil por ter ofendido brasileiros em seu blog. A decisão é do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Sharkey era um dos passageiros do avião Legacy que se chocou contra o voo 1907 da Gol, em 2006, matando 154 pessoas.

O jornalista, especialista na cobertura da aviação comercial, chamou o espaço aéreo brasileiro de "zona" e culpou o sistema de controle de tráfego aéreo pelo acidente, além de acusar as autoridades brasileiras de "lutarem para se eximir da culpa". A ação de indenização por danos morais foi movida por uma viúva do acidente, a paranaense Rosane Amorin Gutjarh, que perdeu o marido na ocasião. Ela pretende doar o valor da indenização para uma instituição de caridade.

"É um absurdo ele [Sharkey] tentar culpar as autoridades e a mídia brasileira por erros que os pilotos norte-americanos cometeram e que levaram à morte de 154 pessoas", afirma Gutjarh. Os pilotos do Legacy, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, foram condenados em maio pela Justiça Federal pelo crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo, por terem mantido o equipamento anticollisão da aeronave desligado por

cêrca de uma hora. Os dois negam e afirmam que os equipamentos do Legacy não acusaram nenhum tipo de falha.

Ação

Gutjarh, que moveu a ação contra Sharkey em 2008, perdeu a causa em primeira instância; a Justiça entendeu que ela era parte ilegítima no processo, ou seja, que as ofensas haviam sido feitas contra os brasileiros de uma maneira geral, e não contra ela e sua família. Gutjarh recorreu ao TJ-PR, que aceitou a apelação. Dois dos três magistrados votaram pela condenação de Sharkey e estabeleceram o valor da indenização em R\$ 50 mil. O terceiro votou a favor do jornalista, por entender que não havia nexo de causalidade entre a conduta do réu e o dano.

Sharkey ainda pode recorrer da decisão ao Superior Tribunal de Justiça. Em seu blog, o jornalista, que não constituiu defesa, chamou o processo de uma "coleção de mentiras e invenções". Sharkey argumenta que as leis dos EUA garantem o direito à livre expressão e desobrigam a Justiça do país de acolher sentenças estrangeiras por injúria e difamação contra americanos.

O jornalista ainda acusou a imprensa brasileira de promover uma "histeria antiamericana" no caso do acidente da Gol e disse que os erros dos controladores de tráfego aéreo brasileiros eram "óbvios desde o princípio".

16 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

SENTENÇA

Funcionários exploravam flanelinhas

Três funcionários públicos municipais (cujos nomes não foram divulgados), que se valeiram da autoridade de seus cargos para autorizar a realização da atividade ilícita de guardador de veículos em área pública situada no entorno do Estádio Willie Davids, em Maringá, no Norte do Paraná, mediante o pagamento de um percentual sobre os ganhos obtidos, foram condenados pela prática de ato de improbidade administrativa. Eles infringiram a norma do art. 11, inciso I, da Lei n.º 8.429/92, que constitui ato de improbidade administrativa "praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência." As penas foram de perda da função pública, multa e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

PREMIAÇÃO

Projeto de Curitiba ganha o Innovare

O projeto Direito e Cidadania — Ações de Regularização Fundiária para Efetivação do Direito à Moradia Digna, de Curitiba, foi um dos vencedoras do 8.º Prêmio Innovare, entregue no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. O projeto de autoria do advogado Darci Frigo, coordenador executivo da Organização Terra de Direitos, venceu na categoria Advocacia. O projeto Direito e Cidadania visa à garantia do Direito à moradia e cidadania de mais de 1,2 mil famílias residentes das vilas Novas Conquistas, Esperança e Eldorado, localizadas no bairro Sabará, um dos principais bolsões de irregularidade fundiária de Curitiba. Essas famílias são moradoras de espaços urbanos particulares que não cumpriam sua função social. Por isso, aplicam-se às propriedades as ações de usucapião especial coletiva de imóvel urbano, de acordo com o Estatuto da Cidade e a Constituição Federal.

GOIÁS

Trabalho escravo gera condenação

O pecuarista Rodrigo Baltazar Pereira, de 34 anos, foi condenado por reduzir à condição análoga de escravo 11 trabalhadores em uma fazenda no município de Montividiu (GO). Além da multa, ele foi condenado a seis anos e um mês de reclusão, em regime semiaberto. Em 2006, um grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho constatou nas carvoarias da fazenda Imburuçu a ocorrência de situações de degradação dos trabalhadores às péssimas condições sanitárias, de higiene, da água, dos alojamentos e da ausência de equipamentos básicos de segurança. Segundo a denúncia, "não havia água potável e os alimentos estavam expostos a insetos, animais domésticos, animais silvestres e insetos vetores de enfermidades." No alojamento não havia sequer camas para os trabalhadores.

Parapensar

NOTA POLÍTICA

"Tem muita coisa em jogo que está obscura. O ministro passou por cima de entendimento histórico de que voto de desempate não acontece na suprema corte quando envolve um processo polêmico."

Marinor Brito, senadora (PSol-PA), criticando a decisão do STF que devolveu a vaga no Senado a Jader Barbalho (PMDB-PA). Marinor será substituída por Jader.

16 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Lei Maria da Penha vale também para os pais

Em vigor há 5 anos, lei começa a ganhar novas interpretações e apresenta primeiros resultados com punições a pais que agredem os filhos

FOZ DO IGUAÇU

Fabiula Wurmeister, da sucursal

Enquanto o Congresso debate a criação da Lei da Palmada, pais que agredem filhos já estão sendo presos e deverão responder à Justiça por crimes listados na Lei Maria da Penha (11.340/06). Em vigor há cinco anos, ela prevê, entre outras, punições à violência doméstica e familiar. Aplicada até então para proteger mulheres vítimas de companheiros agressores, está ganhando novas interpretações. No mês passado, um homem de 37 anos foi preso em Maceió (AL) por ter batido na filha de 10 anos. O delegado Antônio Carlos Lessa enquadrou o servente com base na Lei.

O agressor foi denunciado pela ex-mulher. De acordo com ela, a menina ficou machucada e assustada com a agressão praticada pelo pai, na casa onde ele mora com a companheira. O acusado confessou e disse à polícia que deu as chineladas na

vítima para repreendê-la por estar "fazendo fofocas e provocando desentendimentos" entre ele e a atual mulher. O caso foi encaminhado para a Delegacia dos Crimes contra Criança e Adolescente.

Para alguns especialistas em direito de família, como o advogado Rolf Madaleno, a Lei Maria da Penha, quando proíbe companheiros violentos de se aproximar das mulheres, pode também ser usada como instrumento preventivo para impedir que pais agressores permaneçam perto das crianças. "A medida funcionaria, antes de mais nada, como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda da família e de qualquer dos seus membros, seja o homem, a mulher ou os filhos em situação de vulnerabilidade", explica.

A ideia, ressalta o advogado, seria a de estender a competência do juiz criminal, a quem cabe julgar os casos de agressão, também ao juiz de família. A vítima de violência muitas vezes quer se livrar das ameaças e agressões, afastando-se dos companheiros violentos, sem que para isso tenha de ingressar com um processo criminal, quando o crime estiver consumado. "O juiz de família, pela especialidade e pelo conhecimento de causa, tem mais condições de mensurar estas situações do que o juiz criminal."

Família

Na Argentina, pesquisas mostram que as mulheres denunciavam os companheiros depois de terem sofrido violência ao menos nove vezes, seja física, moral, psicológica ou sexual. "No Brasil isso não é diferente. E quase sempre envolve também os filhos. Se bem usada, sem arbitrariedade ou abuso, a Lei Maria da Penha teria resultados mais abrangentes e eficazes no seu objetivo principal, que é o de coibir a violência doméstica e familiar, mecanismo não previsto, por exemplo, no Código Civil", defende Madaleno.

Outra opção de proteção dos filhos estaria no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas como recurso tardio e traumático, que muitas vezes leva a criança a se afastar do ambiente familiar e não os pais agressores, aponta a psicóloga Patrícia Lima Cardozo. De acordo com o inciso 11 do artigo 136, cabe ao Conselho Tutelar a representação no Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar somente "após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural."

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 DEZ 2011

Uma mudança recente acrescida ao estatuto pela Lei 12.415/11 também determina o afastamento do agressor em caso de maus-tratos, abuso sexual ou opressão, e estabelece o pagamento de pensão alimentícia aos filhos dependentes. Como lembra o vice-presidente da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ariel de Castro Alves, existem vários mecanismos de proteção. "O importante é que as ações sejam integradas ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, por meio das Varas da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares."

"A medida funcionaria, antes de mais nada, como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda da família e de qualquer dos seus membros, seja o homem, a mulher ou os filhos em situação de vulnerabilidade."

Rolf Madaleno, advogado

EM RISCO

Veja alguns dados da violência intrafamiliar no país:

- ▶ Em 2009, de 2,1 milhões de crianças e adolescentes explorados no trabalho, 1,2 milhão tinha entre 14 e 15 anos.
- ▶ 60% dos casos de violência contra crianças e adolescentes são praticados em casa.
- ▶ Em 2008, dos 12,5 mil casos de violência sexual registrados, 8,6 mil foram praticados contra crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos.
- ▶ A violência doméstica é responsável por quase 70% dos casos de crianças e adolescentes que saem de casa para viver nas ruas.
- ▶ De janeiro a agosto, 37% das denúncias recebidas pelo Disque 100 tratavam de casos de violência física e psicológica, 35% de negligência e 28% de violência sexual.
- ▶ Por dia, 129 casos de violência psicológica, física e sexual e negligência contra crianças e adolescentes são reportados ao Disque 100.
- ▶ A cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no país.

Fonte: Ibope e Unicef

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Acordo prevê ações de divulgação

16 DEZ 2011

Até 25 de novembro de 2012, Dia Internacional de Não Violência contra Mulher, órgãos do Executivo e do Judiciário terão como missão reforçar a conscientização da sociedade brasileira sobre a importância da Lei Maria da Penha (11.340/2006). Essa é uma das ações previstas no acordo de cooperação técnica assinado no início do mês durante a 140.ª sessão ordinária do plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Objetivo é estimular a denúncia e reduzir o número de mortes e agressões.

Entre 1998 e 2008, pelo menos 42 mil mulheres foram assassinadas no país, 70% delas em casa, segundo dados da Ouvidoria da Secretaria de Políticas das Mulheres. Os números mais recentes das principais pesquisas sobre violência dão conta de que seis em cada dez brasileiros conhecem alguma mulher vítima de violência doméstica. O medo continua sendo a razão principal (68%) para evitar a denúncia dos agressores. Em 66% dos casos, os responsáveis pelas agressões foram os próprios maridos ou companheiros.

Cada instituição deverá elaborar, no prazo de 30 dias, um plano de trabalho prevendo ações específicas em cada instituição para divulgação das leis. Os órgãos do Judiciário deverão avaliar, por exemplo, os entraves que dificultam o andamento de processos de violência doméstica na Justiça e adotar mecanismos para tornar mais célere o julgamento dos casos. São previstas ainda atuações conjuntas entre

a Secretaria de Políticas das Mulheres, Ministério Público, Defensoria Pública, CNJ e os Tribunais de Justiça. Os resultados deverão ser apresentados em novembro de 2012.

Para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, além dos mecanismos punitivos estabelecidos pela Lei Maria da Penha é necessário combater o preconceito da sociedade para que se mude a "cultura" da violência doméstica. "As leis não são suficientes para mudar questões arraigadas na nossa cultura. É mais fácil derrubar um governo do que mudar a cultura de um povo. É preciso políticas públicas que vençam os preconceitos, principalmente interpretações preconceituosas de operadores do Direito."

PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Deputados aprovam a Lei da Palmada

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira o projeto de lei que proíbe o uso de castigos corporais em crianças e adolescentes, popularmente conhecida como Lei da Palmada. Como tem caráter conclusivo, o projeto seguirá para a tramitação e votação no Senado, exceto se houver recurso para que seja apreciado pelo Plenário da Câmara.

O projeto prevê que pais que maltrataram os filhos sejam encaminhados a programa oficial de proteção à família e a cursos de orientação, tratamento psicológico ou psiquiátrico, além de receberem advertência. A criança que sofrer a agressão deverá ser encaminhada a tratamento especializado.

Para aprovar a medida, foi substituída a expressão "castigo corporal" por "castigo físico". Parlamentares da bancada evangélica impediram a votação do projeto na terça-feira por defenderem a substituição da expressão "castigo corporal" por "agressão física". O objetivo seria evitar a ideia, de que a lei proíba qualquer tipo de punição ou de limites a meninos e meninas. Houve um acordo para inclusão da expressão "castigo físico" em vez de "agressão física".

Como fica

Não há definição específica para castigo físico no texto do ECA. A Lei da Palmada define castigo como ação de natureza disciplinar, com uso da força física, que resulte em sofrimento à criança. Hoje falta exemplos de castigo físico, que a nova lei define como punições moderadas, como palmadas, beliscões, empurrões e puxões de cabelo. Hoje só há punição para casos comprovados de maus-tratos, que inclui prisão. A nova lei prevê ainda acompanhamento psicológico e aplicação de advertências judiciais.

16 DEZ 2011

GAZETA DO POVO

PRESCRIÇÃO

INACETTÁVEL

No momento em que a sociedade se mobiliza para cobrar ética e austeridade dos homens públicos e a imprensa escancara os abusos cometidos em todas as esferas de poder, a não condenação dos mensaleiros afronta os cidadãos de bem

Preocupante e lamentável a possibilidade aventada nesta semana pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, de que os réus do mensalão poderão não ser punidos em razão da prescrição das penas. Maior estelionato político da história republicana brasileira, o mensalão foi urdido entre 2003 e 2005, para garantir apoio ao governo do ex-presidente Lula, em troca de polpudas mesadas mensais aos parlamentares. Encarregado de revisar o processo que ainda está à espera do voto do relator, ministro Joaquim Barbosa, Lewandowski justifica não ver tempo hábil para a conclusão do julgamento em 2012 em face da complexidade do caso. Com isso, uma decisão final ficaria postergada para 2013 quando, segundo ele, as penas estarão prescritas.

Pela gravidade da trama que envolveu alguns dos principais caciques do PT, pelo menos um banco e agências de publicidade, é inconcebível que ninguém acabe punido. No total, são 38 os réus que foram denunciados pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que em seu libelo reforçou a classificação do mensalão como um esquema de corrupção jamais visto antes. Os crimes imputados aos envolvidos são os de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, peculato, gestão fraudulenta, falsidade ideológica e evasão de divisas. Entre os implicados está o ex-ministro José Dirceu, apontado como o mentor de todo o esquema de compra de apoio político no primeiro governo lulista, como forma de consolidar o projeto de poder de longo prazo do PT.

No momento em que a sociedade se mobiliza de norte a sul para cobrar ética e austeridade dos homens públicos e a imprensa escancara os abusos cometidos em todas as esferas de poder, a não condenação dos men-

saleiros afronta os cidadãos de bem. Diante dessa indesejável possibilidade de não haver prazo suficiente para julgar e punir, um alento vem do presidente do STF, ministro Cezar Peluso. Ante os prazos exíguos previstos pela frente, Peluso solicitou do relator, Joaquim Barbosa, que este disponibilize cópias da íntegra do processo a todos os ministros, como forma de acelerar sua análise. Apesar das incertezas quanto ao desenlace do processo, o procurador-geral, Roberto Gurgel, também confia no julgamento do mensalão ainda no primeiro semestre do próximo ano, evitando com isso o risco de ocorrer a prescrição das penas.

Perante as expectativas e das dúvidas se haverá julgamento em tempo hábil ou não, desde já todas as atenções se voltam para o plenário do Supremo. De um lado os réus Zé Dirceu, Delúbio Soares, José Genoino, Valdemar Costa Neto, Roberto Jefferson, Marcos Valério e Duda Mendonça, que escorados pelas melhores bancas de advocacia se esforçam para desqualificar a trama do mensalão; de outro a sociedade brasileira, inconformada com a prática de levar vantagem em tudo que parece ter virado uma regra perversa na função pública brasileira. Diante de tanta coisa em jogo, a decisão em torno do julgamento dos mensaleiros pode sinalizar novos tempos para o Brasil ou a triste constatação da continuidade das velhas e viciadas práticas políticas.

O ESTADO DE S. PAULO FOLHA DE LONDRINA GAZETA DO POVO

DORA KRAMER 16 DEZ 2011

Elogio à impunidade

Antes a discussão pública a respeito da questão [do mensalão], que deixar para tratar dela apenas quando se apresentasse como fato consumado.

A entrevista do ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, à Folha de S. Paulo mostrando-se pessimista quanto à punição dos acusados de formar uma quadrilha para desviar dinheiro público e usá-lo na construção de uma ampla maioria no Congresso, não traz só más notícias.

Segundo ele, o processo do mensalão pode morrer na praia porque parte das penas vão prescrever antes do julgamento. Lewandowski é o ministro revisor da ação relatada por Joaquim Barbosa e acha provável que o julgamento seja feito só em 2013, quando, então, estariam fora do alcance de punições os réus primários que fossem condenados a penas mínimas por crimes de formação de quadrilha, evasão de divisas e corrupção ativa.

A boa notícia é que o fato de Lewandowski vocalizar algo já sabido e que era dito nos bastidores do tribunal — tema de uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo meses atrás — chama atenção, provoca reação e gera providências contra o risco de os réus saírem ilésos não por força de uma absolvição, mas pela incapacidade da Justiça de dar consequência ao processo em tempo hábil.

Tanto que o presidente do Supremo, Cezar Peluso, de imediato pediu ao relator Joaquim Barbosa que ponha cópias digitais do processo à disposição de todos os integrantes do tribunal, a fim de que todos tenham acesso aos autos e, assim, possam adiantar a preparação dos respectivos votos.

Há quem critique a fala do ministro revisor, na perspectiva de que ela represente a intenção deliberada de provocar atraso no julgamento. A partir daí, fomenta-se desconfiança sobre a isenção do ministro Lewandowski, indicado ao STF por Lula.

A se admitir essa hipótese, fica sob suspeição a maioria do colegiado o que do ponto de vista institucional seria, no mínimo, uma temeridade. Preferível analisar pelo lado positivo: o ministro revisor pôs o dedo numa ferida que, uma vez exposta, pode ser tratada.

Antes a discussão pública a respeito da questão, que deixar para tratar dela apenas quando se apresentasse como fato consumado, é o efeito benéfico da luz, um dos bons resultados do chamado ativismo do Judiciário, em que os magistrados se aproximam da sociedade, abordam os assuntos em pauta e dão opiniões sem ficar encastelados nos autos.

O caso do mensalão é emblemático. Inadmissível que acabe se transformando num legítimo elogio à impunidade. Isso não quer dizer que só a condenação dos réus valha como sentença. Se julgá-los inocentes ou se considerar que não há provas suficientes de que a denúncia da Procuradoria-Geral da República teve razão de ser, o STF terá fundamentado sua posição perante a sociedade e assim estará posto.

O que não se pode é aceitar que, se condenados, saiam impunes.

Divisão de tarefas

Antes de se jogar sobre o Supremo Tribunal Federal a responsabilidade exclusiva pela posse de Jader Barbalho no Senado, convém prestar aten-

ção em dois fatores: um, a quantidade de votos (1 milhão e 800 mil) dados a um político cheio de processos e já obrigado a renunciar duas vezes. À presidência do Senado e ao mandato, para evitar processo de cassação sob acusação de desvio de dinheiro público.

O eleitorado do Pará — como de resto em vários Estados — não se deu ao trabalho de praticar o voto limpo, elegendo senador um candidato ficha-suja.

O outro fator é a leniência do Congresso. Além de existirem outras propostas semelhantes em tramitação há tempos, a emenda popular propondo a Ficha Limpa chegou ao Parlamento em 2009, mas só andou a partir de abril de 2010, numa tentativa dos partidos de inicialmente apenas ensaiar uma satisfação pública.

A pressão cresceu e o resultado foi a aprovação da lei. Cinco meses antes da eleição o que, entendimento do STF, feria a exigência constitucional de anterioridade anual para a validade de novas regras eleitorais. O defeito na condução do caso no Supremo foi o presidente da corte, Cezar Peluso, não ter posto em prática antes o dispositivo que lhe permitia desempatar a votação e deixar para fazê-lo debaixo da pressão do PMDB.

Tribunal revalida provas de operação que investigou

Decisão anterior havia considerado que interceptação de e-mails e telefonemas era ilegal. Suspeita é de fraudes em Paranaguá

Fernanda Trisotto e Vitor Geron

A 8.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), em Porto Alegre, revalidou as provas obtidas pela Polícia Federal (PF) durante as investigações da Operação Dallas, desencadeada em janeiro, sobre supostas fraudes cometidas no Porto de Paranaguá. A decisão foi tomada na quarta-feira.

Desse modo, a ação penal referente ao caso segue tramitando e os acusados devem responder o processo perante a Justiça. Entre os investigados pela operação estão os dois ex-superintendentes da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) no governo de Roberto Requião (PMDB): Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião.

A Operação Dallas investigou os responsáveis pelo desvio de cargas a granel destinadas à exportação. Também fazia parte da operação a investigação do favorecimento de empresas responsáveis pela retirada de resíduos do Porto de Paranaguá, além dos crimes de corrupção ativa e

porto 16 DEZ 2011

passiva, desvio de dinheiro público, superfaturamento, fraude em licitação e formação de quadrilha. Segundo a Receita Federal estimou à época, apenas os desvios de carga podem ter lesado os cofres públicos em até R\$ 8,5 milhões.

Validade

A decisão é um novo capítulo no imbróglio envolvendo as provas obtidas por meio de escutas telefônicas e interceptação de e-mails. Em setembro, os desembargadores da 7.ª Turma do TRF4 anularam as provas obtidas durante a Operação Dallas, alegando que a competência para autorizar a investigação seria das varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro da Justiça Federal de Curitiba. Mas a autorização partiu da Vara Federal de 1.º Grau de Paranaguá.

O tribunal anulou a própria decisão em outubro, admitindo que houve um erro técnico relativo à competência do julgamento do pedido de anulação de provas. O caso deveria ser analisado pelos desembargadores da 8.ª Turma, e não pela 7.ª. O procurador regional da República Douglas Fischer, responsável pelo caso, alegou que o primeiro habeas corpus relativo à operação, encaminhado ainda em janeiro, foi destinado à 8.ª Turma. Assim, pela regra de competência, todos os demais habeas corpus ou peças referentes ao caso devem ser redistribuídos ao relator da 8.ª Turma.

Outrolado

Além dos ex-superintendentes, Anderson e Fabrício Slavieiro Fumagalli, diretores da Companhia Brasileira de Logística (CBL), também estão entre os acusados das supostas fraudes que ocorriam no Porto. O advogado Juliano Breda, que representa os empresários e foi responsável pela anulação das provas, declarou que respeita a decisão, mas informou que vai recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Continuo convicto da ilegalidade das provas", diz.

O advogado de Daniel Lúcio de Oliveira, Francisco Monteiro da Rocha Jr., disse apenas que essa não é a última instância e que o processo ainda deve passar pelos órgãos superiores (STJ e STF). Roberto Brzezinski Neto, advogado de Eduardo Requião, afirmou que não estava sabendo da revalidação das provas e disse que só informaria qual medida iria adotar após tomar conhecimento da decisão.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

16 DEZ 2011

A Operação Dallas foi deflagrada no início deste ano e investigou ex-dirigentes do Porto de Paranaguá.

- 19 de janeiro** – A Polícia Federal (PF) desencadeia a Operação Dallas, que prende dez pessoas acusadas de diversas irregularidades no Porto de Paranaguá – dentre elas fraude em licitação, desvio de carga, corrupção ativa e passiva, desvio de dinheiro público e superfaturamento. Entre os investigados estavam os ex-superintendentes da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião, irmão do ex-governador e atual senador Roberto Requião. Eduardo não chegou a ser preso.
- 24 de janeiro** – Todos os presos são liberados após expirar o mandado de prisão temporária, exceto Daniel Lúcio. O ex-superintendente permaneceu detido para não atrapalhar na obtenção de provas.
- 4 de fevereiro** – Daniel Lúcio deixa a prisão. Os advogados de defesa dele conseguiram um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). A decisão determinou o pagamento de uma fiança de R\$ 200 mil.
- 22 de fevereiro** – PF começa a ouvir os depoimentos dos envolvidos na investigação. Cerca de 30 pessoas são ouvidas.
- 13 de setembro** – A 7ª Turma do TRF4 decide anular as provas obtidas pela PF por quebra de sigilo telefônico, por interceptação de e-mails e por meio da busca e apreensão de documentos.
- 25 de outubro** – O TRF4 anulou a decisão do próprio tribunal que suspendia todas as provas obtidas pela operação. O pedido de nulidade das provas deveria ter sido analisado por desembargadores da 8ª turma e não da 7ª, como ocorreu.
- 14 de dezembro** – Por maioria de votos, a 8ª turma considerou válidas as provas da operação.

16 DEZ 2011

FOLHA DE LONDRINA

Jornalista é condenado por ofensas

Estelita Hass Carazzal
Folhapress

Curitiba - O jornalista e blogueiro norte-americano Joe Sharkey, que escreve para o New York Times, foi condenado ontem a pagar uma indenização de R\$ 50 mil por ter ofendido brasileiros em seu blog. A decisão é do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sharkey era um dos passageiros do avião Legacy que se chocou contra o voo 1907 da Gol, em 2006, matando 154 pessoas.

O jornalista, especialista na cobertura da aviação comercial, chamou o espaço aéreo brasileiro de "zona" e culpou o sistema de controle de tráfego aéreo pelo acidente, além de acusar as autoridades brasileiras de "lutarem para se eximir da culpa".

A ação de indenização por danos morais foi movida por uma viúva do acidente, a paranaense Rosane Amorin Gutjahr, que perdeu o marido na ocasião. Ela pretende doar o valor da indenização para uma instituição de caridade.

Os pilotos do Legacy, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, foram condenados em maio pela Justiça Federal pelo crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo, por terem mantido o equipamento anticolisão da aeronave desligado por cerca de uma hora. Os dois negam e afirmam que os equipamentos do Legacy não acusaram nenhum tipo de falha.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Vereador de Juranda 16 DEZ 2011

O Ministério Público (MP) do Paraná ofereceu ação civil pública e ação penal contra o vereador de Juranda (Centro-Ocidental) Rubens Valer, proprietário do Centro de Formação de Condutores (FCC) Valer, contra a diretora da autoescola, Janete do Rocio Ferreira Silva, e contra três servidores da 37ª Ciretran, localizada em Ubitatã. De acordo com o MP, o grupo vinha falsificando comprovantes de residência de clientes do centro de formação de condutores há pelo menos dois anos. Contas de água, de luz e de telefone eram alteradas para possibilitar que moradores de outras cidades dessem entrada em pedidos de renovação de habilitação em Juranda.

■ Segundo o promotor de Justiça Marcelo Alessandro da Silva Gobato, foram identificadas 163 falsificações.

Mais clientes

Os centros de formação de condutores devem observar a circunscrição territorial do Ciretran correspondente efetivo endereço do usuário, não podendo atender pessoas de outras regiões. A autoescola Valer fica em Juranda e só poderia ingressar com procedimentos administrativos perante a 37ª Ciretran em relação a pessoas residentes no município e em Ubitatã, Altamira do Paraná, Nova Cantu e Campina da Lagoa. No entanto, realizava procedimentos para moradores de outras cidades, como Mamoné e Boa Esperança.

CLÁUDIO HUMBERTO

Ministro defende o fim do '3º turno' na Justiça

O ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, conhecido e respeitado por sua independência, defende a fixação de um prazo, que se encerraria com a posse dos eleitos, para que eleições sejam anuladas ou mandatos venham a ser cassados. O objetivo seria a segurança jurídica, respeitando-se a vontade do eleitor, e acabando com a disputa de "terceiro turno" na Justiça Eleitoral.

Tapetão, não

Corregedor-geral da Justiça Federal, o ministro Noronha não considera justo que a Justiça Eleitoral tenha sido transformada em "tapetão"

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA 16 DEZ 2011

Provas robustas

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região considerou válidas, permitentes, as provas levantadas pela Polícia Federal na Operação Dallas nos portos. Isso é mais relevante do que conversa mole de CPI que normalmente dá xabu.

Devolução MAZZA

Rossoni levou um cheque de R\$ 90 milhões para Beto Richa. A parte relativa a corte de salários e aposentadorias não deveria entrar no bolo porque há risco de decisões contrárias no Judiciário. Cautela elementar.

Iraque é aqui MAZZA

Em muitos aspectos, na questão de segurança e taxa de homicídios por 100 mil habitantes, o Paraná está pior do que o Iraque. Curitiba saltou da 20ª posição com 26,2 homicídios por 100 mil em 2000 para a 6ª em 2010 (55 p/ 100 mil). Taxa subiu 113,2% em 11 anos. O Paraná saltou da 16ª posição (2009) para a 9ª em 2010 e a taxa saltou de 18,5 para 34,4 por 100 mil habitantes. Campina Grande do Sul é a segunda do Brasil, Guaíba a quarta.

Se tivéssemos um política de dispersão espacial do bem-estar compensaria, mas não temos, embora a densidade do PIB em que o de Curitiba é o quarto do país. É nossa maior prioridade social. Pelo menos o governo enxergou isso.

R\$ 300 milhões INFORME

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem nova sede em Brasília, no Setor de Administração Federal Sul, próximo às sedes do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e da Procuradoria-Geral da República. A obra, do prédio, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, começou em 2007 e custou mais de R\$ 300 milhões.

■ O presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, lembrou que, quando o TSE mudou-se para o prédio na Praça dos Tribunais Superiores, em fevereiro de 1971, havia cerca de 70 servidores e hoje são mais de 700. O eleitorado brasileiro, na época, era de 24,5 milhões de eleitores, e hoje somam mais de 136 milhões.

METRO 16 DEZ 2011

TRE alerta para fim do recadastramento

Os eleitores de Curitiba que ainda não fizeram o cadastro biométrico têm apenas um mês para ir ao TRE-PR e regularizar a situação.

Por enquanto, só 68% dos eleitores da capital foram recadastrados. Do total de 1,3 milhão de eleitores, 415 mil não se recadastraram.

O atendimento acontece de segunda à domingo, das 8h às 18h30 e pode ser agendado pela internet. O eleitor que não fizer o processo não poderá votar nas eleições de 2012.

● METRO CURITIBA

Datas

O cadastro biométrico termina dia 20 de janeiro.

Recesso. TRE-PR fecha nos dias 24, 25, 30, 31 de dezembro e 1º de janeiro.

Justiça veta 6 novas fotos antifumo em embalagens

A Souza Cruz, fabricante de cigarros, conseguiu na Justiça o veto a seis fotos e mensagens antifumo que seria expostas em maços no ano que vem.

Os desembargadores do TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª Região consideraram que as imagens, de conteúdo forte, "não possuíam ligação com a realidade". A decisão foi divulgada na última terça-feira.

A discussão sobre as imagens começou em 2008, quando a Anvisa emitiu uma resolução determinando a veiculação de dez novas imagens em embalagens de cigarros. À época, a Souza Cruz entrou com um recurso, mas conseguiu a suspensão de apenas uma das fotos.

Tanto a Souza Cruz quanto a Anvisa recorreram da decisão, e o caso chegou ao TRF. A Anvisa não informou se tentará reverter a suspensão das imagens. ● METRO

16 DEZ 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

E O POVO PAGA!

Na calada da noite, vereadores aprovaram aumento de 28% nos próprios salários e ainda criaram o 13º. Vale a partir de 2013.

Vereadores aprovaram 28% de aumento pra eles próprios. Curitiba vai ter que pagar pela lei, que vale a partir de 2013

Povo paga

Debora Rodrigues

A pesar do momento de crise por que a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) vem passando, inclusive com o presidente João Cláudio Derosso afastado para responder por denúncias de desvio de verbas, os vereadores não mostraram nenhum constrangimento e, ontem à noite, aprovaram em primeira votação, no plenário da casa, o aumento de 28% no próprio salário e ainda a criação de um 13.º vencimento, medidas que valem para a legislatura de 2013. A remuneração, que hoje é de R\$ 10.439,07, passará a ser de R\$ 13.500,00. A proposta do percentual de ganho foi da mesa executiva da CMC, presidida por Sabino Picollo (DEM).

A votação foi apertada, com 17 votos a favor, 13 contra e oito ausências. O novo salário passa a valer somente a partir de 2013, para os novos mandatos. Até

lá, a remuneração mensal será acrescida apenas do reajuste inflacionário. Para o vereador Pedro Paulo (PT), não é um bom momento para o reajuste. "Essa não é a resposta que a população curitibana gostaria. Num momento em que a Câmara passa por uma situação crítica de denúncias e escândalos, essa era hora de demonstrar que queremos que as coisas mudem", explicou.

O dia foi de tensão no plenário, até o momento final da votação. Houve inclusive um pedido de adiamento dos votos em 10 sessões, feito pelo vereador Celso Torquato (PSDB), mas a maioria recusou. Em seguida, a oposição propôs que o aumento fosse menor, de 6% e o salário passaria a ser de R\$ 11 mil, mas novamente foi recusado.

A aprovação do aumento se deu em primeiro turno e hoje deve acontecer a segunda sessão, para confirmar a medida com o acréscimo salarial, assim como a criação do benefício do 13.º salário.

Estocada no tráfico

Marcelo Stoco, considerado um dos principais traficantes da capital, é condenado a 28 anos de prisão. Parte do seu bando também vai ficar na cadeia

Considerado um dos principais traficantes de droga do Paraná, Marcelo Stoco, foi condenado a 28 anos e seis meses de prisão. A sentença foi dada na quarta-feira pela 2.ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Mais 19 acusados foram sentenciados, a menor pena foi de três anos e oito meses de reclusão e a maior foi a de Stoco. Três foram inocentados. Cabe recurso, contra a decisão.

Stoco e os outros acusados foram presos em novembro de 2009, durante a Operação Nieman, e soltos em dezembro do ano passado, por conta da morosidade e do conflito de competência entre as justiças estadual ou federal em receber a denúncia. Em 17 de abril deste ano, o traficante foi novamente preso pela Polícia Federal, em cumprimento ao mandado de prisão preventiva expedido pela 2.ª Vara. Ele foi localizado na Região Metropolitana de Curitiba e estava prestes a fugir para o Paraguai. Desde então, aguardava sentença no presídio de Catanduvas, oeste do Estado.

Controle

As investigações apontam que Stoco controlava o tráfico de drogas no Cajuru e no Pilarzinho e em Almirante Tamandaré. A droga, especialmente o

crack, era fornecida por Vilsom Krenciglova, que a comprava no Paraguai, conforme consta na denúncia do Ministério Público Federal (MPF). A denúncia se baseou nas investigações realizadas pelo Grupo de Operação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), pela extinta Força Samurai da Polícia Militar e pela Polícia Federal.

CPI do SUS com a Justiça

O relator e o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Leitos do SUS, deputados estaduais Marcelo Rangel (PPS) e Leonaldo Paranhos (PSC), respectivamente, entregaram ontem o relatório final da CPI ao procurador-geral de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto. Rangel solicitou apoio ao Ministério Público (MP) para denunciar os responsáveis pelo descaso com a saúde, com base nas apurações.

"Sabemos a importância desse momento. Depois de quatro meses de muito trabalho, incluindo investigações, diligências, audiências públicas, vistas e depoimentos. Foram 32 hospitais visitados em 14 muni-

cípios. Agora é chegada a hora de entregar o relatório ao Poder Judiciário, para que adote medidas cabíveis e possa penalizar os culpados imediatamente", afirmou Rangel.

O procurador-geral do MP comprometeu-se a nomear um conselho para analisar os documentos da CPI e produzir um relatório periódico com as ações do Ministério.

"A CPI do SUS que terminou seus trabalhos sugerindo investimentos de 40 milhões na implantação do sistema online de busca de leitos, criação de novas vagas de UTIs, leitos resolutivos e fiscalização permanente de atendimento, precisa ter um desfecho ainda mais positivo, com a ação rigorosa do Ministério Público", espera Rangel.

16 DEZ 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça manda Câmara fornecer os contratos de publicidade

A juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, da 8ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, decidiu que a Câmara Municipal de Curitiba tem um prazo de até dez dias para responder a um pedido de informações formulado em agosto, pelo deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR).

"Estando presente o direito líquido e certo do impetrante [Dr. Rosinha] na obtenção da documentação pública, deverá a mesma ser apresentada pelo impetrado [presidente da Câmara de Curitiba], tendo sido sua negativa, abusiva e ilegal", diz trecho da decisão.

Dr. Rosinha ingressou com a ação após ter seu pedido de informações negado, em 16 agosto, pelo diretor-geral da Câmara Municipal de Curitiba, José Domingos Borges Teixeira. Rosinha solicitou cópia de contratos, aditivos, pagamentos e a relação completa dos valores gastos pelo Legislativo em publicidade desde 1997.

Nomeado pelo hoje presidente licenciado da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), Domingos negou o pedido de Rosinha alegando, em síntese, que o deputado federal supostamente não teria "demonstrado o interesse" em relação aos papéis e que o número de cópias solicitadas "geraria alto custo". "Não se justifica a negativa no que se refere a quantidade e valor das fotocópias, pois as mesmas deverão ser fornecidas, pagando o interessado o valor previsto pela Casa", diz a juíza, na sentença.

JORNAL DO ESTADO

ALESSANDRO RAGAZZI

16 DEZ 2011

Por que a Lei Seca não funciona

Matéria da revista VEJA publicada algumas edições atrás traçou um panorama assustador do "day after", três anos após a entrada em vigor da chamada "lei seca".

Feita para restringir o consumo de álcool e garantir melhores condições de segurança a motoristas e pedestres nas vias públicas de todo país, a lei 11.705 acabou sendo traída por seu próprio rigor.

Pesquisas recentes mostram que, das vítimas fatais de trânsito ocorridas no último ano, 40% estavam embriagadas.

Efetivamente, não era esta a intenção da nova lei. Seu principal objetivo, convenhamos, foi traçar um padrão objetivo para definir o que seria embriaguez, ao invés de deixar tal conclusão para os agentes e autoridades policiais.

A medida, como todos nós temos acompanhado, não está dando certo. Isso porque, para se aferir os tais 0,6 grama de álcool por litro de sangue (que caracterizam tecnicamente a embriaguez passível de punição criminal), só há duas formas – ou através de um exame de sangue, ou através dos chamados bafômetros – medidas que, sem o consentimento do suposto ébrio, não podem ser tomadas.

E é por essa razão que a malandragem tomou ares de regra em nosso país. Todos já sabem – se for pego dirigindo bêbado, não se submeta ao teste do bafômetro. A recusa tem proteção constitucional – aquela que garante que ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo.

Desta forma, basta recusar-

se a fazer o teste, pagar uma multa – as vezes, ter a carteira de motorista apreendida por alguns dias – e tudo volta ao normal.

Não se pode negar, entretanto que alguns itens da nova lei são absolutamente louváveis e contribuíram para que o aumento da criminalidade ao trânsito não subisse ainda mais – a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais, por exemplo, foi uma destas medidas.

Uma pena que nem todo o texto legal mereça tais elogios. Uma boa comparação – feita também pela revista VEJA – é aquela que analisa as consequências de um sujeito armado que sai atirando a esmo. Mesmo que não atinja ninguém, este sujeito será punido criminalmente, pois está pondo vidas em risco. Ora, dirigir embriagado, respeitadas as diferenças entre os diferentes tamanhos de armas, não seria a mesma coisa?

Que o digam as famílias que perderam vidas queridas nas mãos dos "criminosos do trânsito"...

Alessandro Ragazzi é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo há mais de 15 anos. É especialista em direito Tributário também pela PUC/SP – COGAE e parecerista nas áreas tributária e empresarial.

16 DEZ 2011

Avião JORNAL DO ESTADO

Por falta de fornecedores interessados, a Copel suspendeu o leilão que estava previsto para ontem, para a compra de um avião no valor máximo de R\$ 15,9 milhões. É a segunda vez que a Copel cancela o processo: Na primeira, no dia 5, a estatal suspendeu a licitação depois que o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) questionou o acordo firmado entre a Copel e o governo do Estado para uso compartilhado da aeronave. Na madrugada de ontem, Veneri ajuizou uma ação popular pedindo a suspensão da compra, apontando a irregularidade do convênio e denunciando direcionamento da licitação. O convênio prevê que a Copel seria a responsável pela compra da aeronave, que seria cedida, de forma gratuita, ao governo estadual. O juiz federal substituto Claudio Roberto da Silva encaminhou os autos para a Justiça Estadual, alegando que seria a instância competente para o exame do pedido. No edital, a Copel descreve uma aeronave nova, ano 2012, que possua "cabine com compartimento para acondicionamento de bebidas, sistema de entretenimento composto de CD/DVD e tela de LCD com tamanho mínimo de 15 polegadas".

Prazo

A juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, da 8ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, decidiu que a Câmara Municipal de Curitiba tem um prazo de até dez dias para responder a um pedido de informações formulado no último mês de agosto pelo deputado federal Dr. Rosinha (PT). A Casa havia se recusado a fornecer as informações alegando que o número de cópias solicitadas "geraria alto custo". "Não se justifica a negativa no que se refere a quantidade e valor das fotocópias, pois as mesmas deverão ser fornecidas, pagando o interessado o valor previsto pela Casa", diz a sentença judicial.

EM BAIXA

O jornalista americano **JOE SHARKEY** foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) a pagar uma multa de R\$ 50 mil e a se retratar diante do povo brasileiro. Sharkey era um dos passageiros do avião Legacy que se acidentou com um jato da Gol, em 2006. Logo após o acidente, o norte-americano escreveu uma série de textos críticos ao País.